



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - ProGrad

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905
Telefone: (16) 33519789 - <http://www.ufscar.br>

Ofício nº 128/2024/ProGrad

São Carlos, 05 de novembro de 2024.

Para:
Secretaria dos Órgãos Colegiados
Conselho Universitário

Assunto: Encaminhamento da Minuta de Resolução que dispõe sobre a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da Universidade Federal de São Carlos.

Magnífica Reitora,

Encaminhamos para apreciação do ConsUni a Minuta de Resolução (1644091) que dispõe sobre a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da Universidade Federal de São Carlos.

Este documento começou a ser criado em Agosto de 2017, quando esta Pró-Reitoria constituiu uma comissão de trabalho formada por representantes dos diversos Centros e de setores estratégicos da universidade para propor diretrizes que pudessem balizar políticas institucionais de formação continuada de docentes da UFSCar, estabelecendo princípios e elencando propostas de atividades formativas. Esta comissão trabalhou até outubro de 2018, quando entregou um relatório de atividades com 65 páginas (1644111).

Este relatório trazia, dentre outras coisas, diretrizes que deveriam balizar a construção da política institucional de formação continuada de docentes da Universidade Federal de São Carlos. Este documento foi aprovado no Conselho de Graduação (CoG), gerando a Resolução CoG nº 229/2019, de 21 de maio de 2019 (1644121).

Em seguida, em Dezembro de 2019, a ProGrad cria um Grupo de Trabalho formado por representantes da própria ProGrad mas também da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGP) para pensar na implantação das Políticas Institucionais de Formação de Docente da UFSCar. Este grupo teve suas atividades interrompidas de forma prematura, em novembro de 2020, por conta da pandemia de Covid-19.

Em 2023, a ProGrad faz novo movimento para a criação desta minuta, ao criar a Coordenadoria de Articulação para Formação Docente Universitária (CAFDU), que possui como atribuições, dentre outras, promover ações colaborativas para implementação da Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da Universidade Federal de São Carlos.

Esta coordenadoria, em parceria com a Divisão de Desenvolvimento Pedagógico (DiDPed), também da UFSCar, finalizou o texto da minuta a partir de extenso debate junto a diversos setores da UFSCar que possuem atribuições ligadas à formação Continuada de Professores, como ProGP, ProPG, Comissão Própria de Avaliação UFSCar (CPA) e setores internos da ProGrad, tais como DiDPed e Departamentos de Ensino de Graduação (DeEGs) dos demais campi.

Desta forma, a minuta ora encaminhada conta com o aval de todas as instâncias anteriormente citadas e esta pró-reitoria a encaminha para inclusão de pauta do ConsUni, para apreciação.

À disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Lisandra Marques Gava Borges

Pró-Reitora de Graduação Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **Lisandra Marques Gava Borges, Pró-Reitor(a) Adjunto(a)**, em 07/11/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1644124** e o código CRC **8D35F7BA**.

RESOLUÇÃO ConsUni nº xxx, de xx de xxxxx de 20xx.

Dispõe sobre a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da Universidade Federal de São Carlos.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos, reunido para sua XXXª reunião ordinária, em XX/XX/20XX, no exercício das atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar, considerando:

- o compromisso da UFSCar com a formação docente, tendo em vista a qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação,
- a Resolução CoG nº 229/2019, de 21 de maio de 2019, que dispõe sobre o Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar e que apresenta diretrizes para fortalecer e ampliar ações voltadas à reflexão e à discussão sobre as novas demandas para a docência universitária,
- a legislação sobre a Carreira do Magistério Superior em âmbito federal,

R E S O L V E

Art. 1º. Aprovar a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, bem como estabelecer seus princípios, suas diretrizes gerais, seus objetivos, as ações previstas e as atribuições institucionais.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira

Presidente do Conselho Universitário

**POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

TÍTULO I
DA POLÍTICA
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º. São princípios da Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar:

I – A Universidade é espaço privilegiado de desenvolvimento docente e, para isso, o professor pode utilizar o seu próprio espaço de trabalho para estudos e reflexões sobre práticas pedagógicas e aprimoramento profissional da docência.

II - A formação continuada é direito e dever que o docente da educação superior tem ao acompanhamento, à reflexão e à discussão sobre as suas práticas pedagógicas, com bases teóricas que permitam melhor desenvolvimento da profissão docente.

III - Mudanças nos contextos socioeconômicos, históricos e sociais mobilizam novas demandas formativas no ambiente da educação superior e devem ser atendidas pela instituição, de modo a garantir a excelência dos processos de ensinar e aprender na universidade.

CAPÍTULO II
DAS DIRETRIZES

Art. 2º. São diretrizes que norteiam a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar:

I – Ampliar as oportunidades e os espaços institucionais voltados à reflexão, ao diálogo e ao compartilhamento de experiências relacionadas aos processos de ensinar e aprender.

II – Promover a integração entre as diferentes áreas do conhecimento e saberes, considerando as demandas do corpo docente da Universidade.

III – Oferecer condições adequadas ao fomento às inovações pedagógicas, incluindo o uso de diferentes mídias e tecnologias.

IV – Valorizar a diversidade de metodologias de ensino, de processos de ensino e aprendizagem e de avaliação da aprendizagem nas modalidades presencial e a distância.

V – Estimular que os programas de pós-graduação propiciem aos estudantes ampla formação para o exercício da docência no ensino superior.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 3º. São objetivos da Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar:

I – Promover a formação docente sobre as diversas instâncias da universidade, de modo que construam e aperfeiçoem o diálogo e atuem na perspectiva de confluência de saberes.

II – Instituir e promover ações de formação docente continuada condizentes com as diretrizes do PDI da instituição e as diversas políticas institucionais.

III – Promover a formação para a diversidade de funções a serem desempenhadas pelo docente na instituição, nos termos da legislação sobre a Carreira do Magistério Superior em âmbito federal.

IV – Estimular, por meio de estratégias múltiplas, a efetiva participação dos docentes nos espaços formativos, enfatizando o aspecto pedagógico nas práticas socioeducativas no ensino superior.

V – Promover e apoiar espaços de formação docente que abarquem as demandas sociais emergentes, representadas pelo dinâmico perfil estudantil e de servidores, que vierem a ser demandadas socialmente ou estabelecidas por dispositivos legais.

VI – Avaliar de forma contínua e participativa os resultados da prática docente.

TÍTULO II

DO PÚBLICO ALVO

Art. 4º. A Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar visa atender, prioritariamente, aos docentes dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, que se encontram em diferentes fases da carreira e desempenhando diferentes funções (ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica), incluindo ingressantes (que se encontram em estágio probatório) e substitutos.

I – A Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar deve atender os docentes ingressantes, que se encontram em estágio probatório, em caráter obrigatório.

Parágrafo Único: Os estudantes dos Programas de Pós-Graduação da UFSCar também são considerados público-alvo desta política, entendendo que a Universidade é lócus de formação de futuros professores de Instituição de Ensino Superior.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 5º. As ações institucionais de formação continuada de docentes da UFSCar deverão ser estruturadas em três eixos:

I - Docentes ingressantes

II - Melhoria contínua das práticas de ensino

III - Avaliação do Ensino de Graduação

Parágrafo Único. As ações de formação deverão estar de acordo com grupos e temas específicos e, preferencialmente, por ações de média e longa duração, em contraste às ações pontuais.

CAPÍTULO I

DO EIXO DOCENTES INGRESSANTES

Art. 6º. As ações no eixo Docentes Ingressantes deverá abordar as seguintes temáticas:

I - o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSCar;

II - a organização, estrutura e dinâmica de funcionamento da instituição;

III – as diversas políticas institucionais da UFSCar, tais como Política de Saúde Mental, Política de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade e outras que vierem a ser estabelecidas no âmbito da instituição;

IV - o perfil dos estudantes que estão na UFSCar;

V - os diversos sistemas informacionais institucionais que o docente utilizará em diversos âmbitos de atuação profissional, tais como SIGA, SAGUI, SACI, ProexWeb, ProPGWeb e outros que já estão estabelecidos ou vierem a ser estabelecidos no âmbito da UFSCar;

§ 1º- Dentro do eixo Docentes Ingressantes deverão ser previstas ações de mentoria dos docentes ingressantes por docentes mais experientes na instituição, com conhecimento mais amplo da cultura e história institucional.

§ 2º- Os mentores deverão:

I - Colaborar com o processo de adaptação dos novos docentes às condições institucionais da UFSCar.

II - Assessorar os ingressantes em seu trabalho acadêmico durante, pelo menos, seu primeiro semestre na universidade.

Parágrafo Único: Deverá ser oferecida capacitação específica para o desempenho da função de mentoria.

CAPÍTULO II

DO EIXO MELHORIA CONTÍNUA DAS PRÁTICAS DE ENSINO

Art. 7º. As ações do eixo para melhoria contínua das práticas socioeducativas devem ter foco:

I - na didática do ensino superior;

II - na formação pedagógica dos docentes;

III - na construção de identidade profissional docente, tendo em vista a disciplina trabalhada, o grupo de alunos, as características diversas do curso, dentre outros fatores.

Art. 8º. As ações do eixo deverão abordar, pelo menos, as seguintes temáticas atinentes às práticas docentes:

I - ser docente na universidade;

II - profissionalização docente;

III - relacionamento interpessoal entre professor e aluno;

IV - planejamento de aulas;

V - metodologias de ensino;

VI - avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

§ 1º - Estas ações estarão pautadas nas experiências docentes dos professores, prévias e atuais.

CAPÍTULO III

DO EIXO AVALIAÇÃO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Art. 9º. O eixo de Avaliação da Graduação tem como objetivo angariar dados para a melhoria dos programas de formação docente, bem como orientar ações de melhoria da formação discente, dos projetos pedagógicos de curso, das disciplinas, dentre outras ações existentes na universidade.

§ 1º - Serão coletados dados junto à comunidade discente e docente sobre os cursos e disciplinas dos cursos de graduação da UFSCar.

§ 2º - Os participantes serão estudantes e professores, que deverão realizar as seguintes ações:

I - autoavaliação;

II - avaliação do curso;

III - avaliação de disciplinas.

§ 3º - Os resultados dessa avaliação devem ser apresentados semestralmente e devem garantir o anonimato dos respondentes e a não identificação dos atores envolvidos.

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 10º. Para consolidação da Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, são necessárias diferentes ações por parte de órgãos diversos da UFSCar.

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Art. 11º. Compete à Pró-Reitoria de Graduação:

I – criar, implementar, avaliar e articular continuamente ações de formação continuada de docentes nos três eixos;

II – criar, em conjunto com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ações paralelas nos programas de pós-graduação visando a formação de futuros professores de Ensino Superior;

III – fomentar, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação UFSCar (CPA), avaliações e levantamentos que retroalimentem as ações de formação continuada;

V – fomentar e induzir, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação UFSCar (CPA), a criação e implantação de uma ferramenta no sistema informatizado de ensino já utilizado ou criar outro sistema informatizado para que alunos e professores avaliem a docência na graduação e as condições em que ela ocorre.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Art. 12º. Compete à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas:

I - incluir na Resolução que define a Progressão e Promoção Funcional do corpo docente da UFSCar a participação dos docentes nas ações de formação continuada e a publicação de artigos, capítulos e livros voltados para o ensino na graduação.

II - incluir na avaliação de Estágio Probatório dos docentes a participação nas ações de formação continuada.

III – incluir as ações desenvolvidas de formação continuada ao cálculo de esforço docente dos departamentos;

IV – propor estratégias de melhoria dos concursos para contratação de docentes, aumentando seu foco na dimensão didática do fazer docente e propiciando a participação de estudantes no processo de seleção.

§ 1º - Essas estratégias deverão, necessariamente, incluir o uso de ambientes simulados de ensino (aulas simuladas) na etapa de prova didática nos concursos para contratação de docentes;

§ 2º - Os estudantes que porventura participarem dos processos de seleção na etapa de prova didática como aula simulada não terão funções avaliativas. Essas competem apenas à comissão julgadora. O papel dos estudantes será possibilitar ao candidato ou candidata demonstrar seus conhecimentos e habilidades na dimensão didática do fazer docente à comissão julgadora.

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 13º. Compete à Pró-Reitoria de Pós-Graduação:

I - Criar, em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação, ações paralelas nos programas de pós-graduação visando a formação de futuros professores de Ensino Superior.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UFSCAR

Art. 14º. Compete à Comissão Própria de Avaliação da UFSCar:

I – fomentar, em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação, avaliações e levantamentos que retroalimentem as ações de formação continuada;

II – fomentar e induzir, em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação, a criação e implantação de uma ferramenta no sistema informatizado de ensino já utilizado ou criar outro sistema informatizado para que alunos e professores avaliem a docência na graduação e as condições em que ela ocorre.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15º. Cabe aos diferentes órgãos da UFSCar estimular e fomentar a institucionalização desta Política de formação continuada de professores nos quatro *campi* da UFSCar.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone: (016) 3351-8108
CEP: 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
e-mail: cog@ufscar.br

ProGrad
Pró-Reitoria
de Graduação

CONSELHO DE GRADUAÇÃO

Resolução CoG nº 229, de 21 de maio de 2019

Dispõe sobre o Relatório de Atividades da Comissão nomeada para elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar.

O Conselho de Graduação da Universidade Federal de São Carlos, no exercício das atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da UFSCar, reunido em 20 de maio de 2019 para sua Reunião Extraordinária e considerando,

- Processo nº 23112.004288/2018-67

RESOLVE

Artigo 1º - Aprovar o Relatório de Atividades da Comissão nomeada para elaborar Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar que apresenta as Diretrizes para fortalecer e ampliar ações formativas voltadas à docência universitária na UFSCar.

São Carlos, 21 de maio de 2019.

Prof. Dr. Ademir Donizeti Caldeira
Presidente do Conselho de Graduação



**Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas
Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar**



2018

MEMBROS DA COMISSÃO

Coordenação Geral

Prof. Dr. Fernando Stanzione Galizia (DME)

Dra. Ester Almeida Helmer (DiDPed/ProGrad)

Representante do Centro de Ciências Agrárias (CCA/*Campus Araras*):

Profª Drª Elaine Gomes Matheus Furlan

Representante(s) do Centro de Ciências da Natureza (CCN/ *Campus Lagoa do Sino*):

Profª Ms. Fabiana Santos Cotrim (Agosto de 2017 a Março de 2018)

Profª Drª Roberta Barros Lovaglio

Representante do Centro de Ciências Biológicas e Saúde (CCBS/*Campus São Carlos*):

Profª Drª Vivian Aline Mininel

Representante(s) do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia (CCET/*Campus São Carlos*)

Prof. Dr. Armando Ítalo Sette Antonialli

Prof. Dr. Luis Antônio Oliveira Araújo

Representante do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH/*Campus São Carlos*)

Profª Drª Aline Maria de Medeiros Rodrigues Reali

Representante(s) do Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade (CCTS/*Campus Sorocaba*):

Não houve representante

Representante(s) do Centro de Ciências Humanas e Biológicas (CCHB/*Campus Sorocaba*):

Profª Drª Luciana Cristina Salvatti Coutinho

Representante(s) da Divisão de Desenvolvimento Pedagógico (DiDPed/ProGrad)

Ms. Elaine Italiano Vidal

Representante do Departamento de Ensino de Graduação *Campus Araras* (DeEG-Ar/ ProGrad)

Ms. Elaine Cristina Maldonado

**Representante do Departamento de Ensino de Graduação *Campus Sorocaba*
(DeEG-So/ ProGrad)**

Ms. Ofir Paschoalick Castilho de Madureira

**Representante do Departamento de Ensino de Graduação *Campus Lagoa c*
Sino (DeEG-LS/ ProGrad)**

Ms. Beatriz Aparecida da Costa

**Representante da Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e
Pedagógico para Estudantes (CAAPE/ProGrad)**

Ms. Eliana Marques Ribeiro Cruz

**Representante da Secretaria Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e
Equidade (SAADE)**

André Pereira da Silva

Representante(s) da Secretaria Geral de Educação à Distância (SEaD)

Dra. Maria Angélica do Carmo Zanotto

Dra. Cleide de Lourdes da Silva Araújo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Datas dos encontros da comissão	12
Tabela 2 - Quantitativo Corpo Docente da UFSCar distribuído por Centro	28
Tabela 3 - Avaliação dos professores pelos alunos - retirado do Relatório Final de Avaliação Geral da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar – 2017, pg. 9	49
Tabela 4 - Declaração de gênero dos respondentes	53
Tabela 5 - Formação inicial dos respondentes	54
Tabela 6 - Contribuição das Formações Pedagógicas oferecidas pela UFSCar, com duração inferior a 40h, nos últimos 5 anos	55
Tabela 7 - Participação em Formações Pedagógicas oferecidas pela UFSCar, com duração superior a 40h, nos últimos 5 anos	55
Tabela 8 - Contribuição das Formações Pedagógicas oferecidas pela UFSCar, com duração superior a 40h, nos últimos 5 anos	56
Tabela 9 - Motivos da não participação em Formações Pedagógicas nos últimos 5 anos	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atividades Formativas por Ano	18
Gráfico 2 - Atividades Formativas por Formato.	19
Gráfico 3 - Presença de convidados externos.	20
Gráfico 4 - Atividades Formativas referente aos Tipos de Atividades e a Carga-Horária.	21
Gráfico 5 - Atividades Formativas referentes ao Ano de Oferta e aos Setores Ofertantes.	22
Gráfico 6 - Atividades Formativas referentes ao Ano de Oferta e Temáticas abordadas.	23
Gráfico 7 - Atividades Formativas por Setores Institucionais e temáticas abordadas.	25
Gráfico 8 - Quantidade de Participantes, Temática e Ano de Oferta.	27
Gráfico 9 - Participação no Seminário de Ensino de Graduação/2017.	29
Gráfico 10 - Participação nas atividades do ConEGrad - Campus São Carlos.	30
Gráfico 11 - Participação nas atividades do ConEGrad /2017- Campi Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba.	31
Gráfico 12 - Representação gráfica da Tabela 3 - retirado do Relatório Final de Avaliação Geral da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar – 2017, pg. 9.	49
Gráfico 13 - Distribuição dos respondentes por Centro.	51
Gráfico 14 - Cursos de atuação dos respondentes	52
Gráfico 15 - Titulação dos respondentes.	53

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
JUSTIFICATIVA	15
AÇÕES DE FORMAÇÃO DOCENTE JÁ REALIZADAS NA UFSCAR	18
OS PROGRAMAS/POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	34
A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O ENSINO DA UFSCAR: ANÁLISE DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	48
A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES FORMATIVAS DA UFSCAR: ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO	50
DIRETRIZES PARA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar	59
REFERÊNCIAS	65

APRESENTAÇÃO

Nos últimos dez anos, o Brasil tem desenvolvido ações voltadas para uma política nacional de expansão da educação superior pública, a qual possibilitou a ampliação do número de vagas e de universidades federais no país. Dentre essas ações está o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que permitiu, além da ampliação do acesso aos cursos de graduação, a contratação de novos docentes para as universidades.

Na UFSCar, a ampliação do acesso à educação superior pública também ocorreu por meio de programas de ações afirmativas¹ que tem se apresentado na forma de reserva de vagas para egressos do ensino médio da rede pública, com a adequada proporcionalidade de candidatos negros e de baixa renda, e a oferta de vagas adicionais para estudantes indígenas e pessoas em situação de refúgio, além de oferta de cursos especiais, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), para candidatos participantes de projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo INCRA.

Em 2018, como decorrência da inclusão de pessoas com deficiência no programa de reserva de vagas das Instituições Federais de Educação Superior, estabelecida pela Lei 13.409/2016, a UFSCar ampliou o ingresso destes estudantes nos cursos de graduação.

Posto isso, essa ampliação do acesso ao ensino de graduação², atrelada à valorização da diversidade social e étnico-racial que compõe a nação brasileira, não só contribuiu como tornou premente o desenvolvimento de ações formativas para os docentes da UFSCar. Essas ações devem constituir um processo contínuo de acompanhamento, reflexão e discussão coletiva sobre as atividades profissionais dos docentes, de modo que eles possam desempenhá-las com autonomia e segurança.

¹ A UFSCar é signatária de acordos internacionais pautados em ações afirmativas, como o PEC-G e Programa Emergencial Pró-Haiti.

² A UFSCar é reconhecida como referência, no estado de São Paulo, para políticas de Ação Afirmativa, com reservas nos cursos de graduação para negros, indígenas, pessoas em situação de refúgio e egressos de escolas públicas. O Programa de Ações Afirmativas da UFSCar foi, ainda, modelo para a Lei 12.711/2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para estudantes negros, indígenas e de baixa renda, oriundos de escolas públicas.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (UFSCar, 2013) estabelece o compromisso da UFSCar com a formação docente, tendo em vista a qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação. Este documento institucional estabelece que deverá ser definida e implementada uma Política de Educação Continuada na UFSCar, desenvolvendo ações voltadas para a excelência dos processos de ensinar e aprender em todas as modalidades (presencial e a distância).

Para tanto, a instituição propõe como uma de suas diretrizes específicas para os processos de formação:

Ampliar as oportunidades e os espaços institucionais voltados à reflexão, ao diálogo e ao compartilhamento de experiências relacionadas aos processos de formação, promovendo a integração entre as diferentes áreas do conhecimento e considerando as demandas do corpo docente da Universidade (UFSCar, 2013, p. 6).

Em linhas gerais, as diretrizes específicas para os processos formativos estabelecidas no PDI, incentiva o desenvolvimento de novas tecnologias de ensino para os cursos presenciais e a distância, sinalizando, assim, para a necessidade de formação continuada, de modo a viabilizar o uso dessas novas tecnologias pelos docentes. Apresenta como premissa a valorização da diversidade de metodologias de ensino e de processos de ensino e aprendizagem (tradicionais e ativas). Destaca-se também a diretriz que pauta a questão da diversidade na universidade e da necessidade de formação docente:

Oferecer condições para a formação de docentes como agentes de promoção de equidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, por meio da capacitação para lidar com a diversidade, para respeitar e atender as demandas específicas de populações diversas e para reconhecer e lidar com as oportunidades novas de conhecimentos e interações trazidas por esta diversidade (UFSCar, 2013, p. 14).

Percebe-se, assim, que o PDI apresenta diretrizes voltadas para a contínua qualidade da formação docente e para a melhoria permanente das condições de desenvolvimento das atividades na instituição, mantendo e aprimorando seu compromisso com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

No que se refere ao ensino de graduação, buscando a melhoria dos cursos, a **Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad)** da UFSCar, em parceria com

outras instâncias como a SeAD e a SAADE, vem realizando ações em diferentes formatos, como a de aperfeiçoamento didático-metodológico dos docentes, do desenvolvimento de condições para a implementação e o emprego de novas metodologias e tecnologias de ensino, bem como a educação para as diversidades sociais, culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade.

Desde 2006, a ProGrad, por meio de sua Divisão de Desenvolvimento Pedagógico (DiDPed), iniciou o **Programa de Formação Continuada de Docentes da UFSCar**. Esse Programa reúne uma série de atividades que têm sido desenvolvidas no âmbito da Universidade. Dentre elas, destacam-se:

1. O **Seminário de Ensino de Graduação** que, em 2018, alcançou a sua oitava edição. Este Seminário apresenta como principais objetivos oferecer oportunidades de ampliar conhecimentos, analisar, discutir e propor novas possibilidades de práticas pedagógicas no ensino de graduação, além de buscar maior integração do corpo docente da Instituição.

2. O **Programa Ação Docente na UFSCar: compartilhando experiências e construindo caminhos** que ofereceu diversas atividades em três edições, realizadas de 2009 a 2011. Os objetivos propostos para essas atividades foram: contribuir para a integração dos docentes recém-contratados à comunidade acadêmica da UFSCar; propiciar o desenvolvimento de uma postura reflexiva frente aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação e desafios postos à educação superior na contemporaneidade; compartilhar experiências de constituição de identidade da Instituição e do compromisso social da UFSCar; e socializar informações sobre os procedimentos acadêmicos institucionalizados no ensino de graduação da UFSCar.

3. O **Congresso de Ensino de Graduação**, originalmente planejado para ser bianual, teve sua primeira edição realizada em 2011 e a terceira em 2017. Esse Congresso integra a Jornada Científica e Tecnológica da UFSCar e tem como objetivo dar maior visibilidade às atividades de graduação da Universidade e atender à demanda da comunidade universitária da UFSCar expressa no PDI, no sentido de “fortalecer e ampliar procedimentos facilitadores da integração entre ensino, pesquisa e extensão” (UFSCar, 2013, p. 6).

4. A **Formação em Gestão Acadêmica: Fomentando a Eficiência dos Processos na Graduação**, destinada aos docentes e técnicos administrativos que desempenham atividades de gestão acadêmica no âmbito dos

cursos de graduação da UFSCar. Esta atividade teve uma edição em 2009 e, a partir de 2016, iniciou-se o planejamento de uma oferta na modalidade à distância.

5. O **Espaço de Desenvolvimento Docente (EDD)**, criado em 2013, no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do Portal dos Professores, que teve como objetivo subsidiar os docentes no período inicial de desenvolvimento da docência na UFSCar, considerando os princípios, a estrutura e o funcionamento do ensino desta instituição, em consonância com o contexto político, social e educacional ao qual a Universidade se insere. A criação deste espaço formativo virtual envolveu outros setores da Universidade, como a Secretaria de Educação a Distância (SEaD) e docentes da UFSCar que atuam na temática de Formação de Professores.

Além destas ações, em 2014, com o processo de reestruturação da Pró-Reitoria de Graduação, foi criado o **Serviço de Formação Continuada de Docentes da UFSCar**, vinculado à DiDPed, que definiu as principais atribuições do setor. São elas: propor o desenvolvimento de uma política de formação continuada de docentes, incluindo a formação de docentes ingressantes na instituição; e planejar e desenvolver atividades de formação pedagógica e de gestão acadêmica, destinadas aos docentes, em diferentes formatos (seminários, congressos, oficinas) e nas modalidades presencial e a distância.

A partir do processo de descentralização *intercampi* das ações pedagógicas, no mesmo processo de reestruturação da ProGrad, foram criados ainda os Departamentos de Ensino de Graduação (DeEG) nos *campi* de Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino. Assim, as pedagogas e pedagogos atuantes nestes setores passaram a participar da elaboração de propostas de formação pedagógica e de gestão acadêmica em seus respectivos *campi*.

Além da Pró-Reitoria de Graduação, existem outros setores envolvidos com ofertas de atividades formativas para docentes da UFSCar. Assim, destacamos a Coordenadoria de Acompanhamento Acadêmico e Pedagógico para Estudantes (CAAPE) como setor responsável pelo acompanhamento acadêmico e pedagógico dos estudantes de graduação. Este órgão realiza atividades formativas para docentes por meio de reuniões com coordenações de cursos, conselhos de cursos e orientações individuais à docentes, no que tange ao desenvolvimento de estratégias de ensino que possibilitem a aprendizagem dos estudantes de graduação, notadamente estudantes indígenas, estrangeiros, pessoas com transtornos

funcionais (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Dislexia, Discalculia etc.) e, recentemente, estudantes que apresentem transtornos relacionados a um quadro de saúde mental delicado. Em diferentes momentos essas atividades formativas são realizadas em parceria com a SAADE e outros órgãos da UFSCar.

A partir de todo o exposto, é possível aferir que há uma demanda da comunidade universitária para a construção de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar que considere a participação e o envolvimento dos diferentes espaços desta comunidade acadêmica. Por conta disso, em Agosto de 2017, a Pró-Reitoria de Graduação constituiu uma Comissão de Trabalho para propor Diretrizes que pudessem balizar Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar. Desta forma, esta comissão tem como objetivo propor diretrizes para política institucional de formação continuada de docentes da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, estabelecendo princípios e elencando propostas de atividades formativas a partir da análise dos dados dos questionários aplicados e das demandas ou necessidades formativas indicadas pelos docentes dos cursos de graduação.

Este relatório sintetiza o trabalho realizado por esta comissão no período que esteve vigente, ou seja, de agosto de 2017 a outubro de 2018. Para alcançar os objetivos estabelecidos, a comissão formou três subgrupos de trabalho com atividades específicas, a saber:

- **Subgrupo 1:** Responsável por realizar o Diagnóstico Interno com análise de atividades formativas para o desenvolvimento docente realizadas na UFSCar nos últimos 5 anos.
- **Subgrupo 2:** Responsável por realizar o Diagnóstico Externo com análise de Programas/Políticas de Formação de Docentes Universitários realizadas por outras Instituições de Ensino Superior.
- **Subgrupo 3:** Responsável por elaborar e aplicar um questionário para a comunidade docente da UFSCar com o objetivo de identificar os impactos das ações formativas para o desenvolvimento docente dos participantes já realizadas, além de mapear as necessidades formativas atuais dos docentes da UFSCar.

Durante o período de trabalho, a comissão realizou diversas reuniões e atividades, conforme descrito na tabela a seguir:

Tabela 1 - Datas dos encontros da comissão.

Data	Reunião/Atividade	Responsável pela condução
29 de Agosto de 2017	Primeira Reunião da Comissão	Coordenação Geral
21 de Setembro de 2017	Criação dos Subgrupos de Trabalho	Coordenação Geral
09 de Novembro de 2017	Socialização dos trabalhos iniciais dos Subgrupos	Coordenação Geral
14 de Dezembro de 2017	Discussões sobre a perspectiva da interprofissionalidade no desenvolvimento docente na área da saúde Convidada: Profa. Carole Orchard, da University of Western Ontario - Canadá	Vivian Mininel
03 de abril de 2018	Ajustes finais no questionário a ser respondido pelos docentes da UFSCar	Subgrupo 3
10 de abril de 2018	Discussões sobre o Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem (EA2), órgão vinculado à Pró-Reitoria de Graduação da Unicamp, com o objetivo de desenvolver políticas de aprimoramento ao ensino de graduação, em toda a universidade. Convidado: Prof. Sergio Antonio da	Subgrupo 2

	Silva Leite, da Unicamp	
17 de abril de 2018	Apresentação dos dados sobre os Programas/Políticas de Formação de Docentes Universitários realizadas por outras IES	Subgrupo 2
19 de abril a 02 de maio de 2018	Período de chamada dos docentes para responder ao questionário (InfoRede, chefias de departamento, Direção de Centro, Coordenação de Curso, TV UFSCar e Rádio UFSCar)	Coordenação Geral e demais membros da Comissão
19 de abril a 06 de maio de 2018	Período de coleta de respostas ao questionário	Subgrupo 3
8 de Maio de 2018	Ajustes finais no texto sobre o Levantamento das Ações Formativas da UFSCar e apresentação do texto sobre a percepção dos estudantes sobre o ensino da UFSCar, a partir dos dados do Relatório de 2017 da Comissão Própria de Avaliação (CPA).	Subgrupo 1
22 de maio de 2018	Ajustes finais no texto sobre a análise dos dados coletados pelo questionário.	Subgrupo 3
05 de Junho de 2018	Encontro e discussões com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para tratar da RESOLUÇÃO ConsUni nº 819/2015	Coordenação Geral
12 de Junho de 2018	Encontro e discussões com a Comissão de Esforço Docente	Coordenação Geral

10 de Julho de 2018	Revisão pela comissão das partes já concluídas do relatório	
11 de Julho a 07 de Agosto de 2018	Escrita do texto "Diretrizes para Formação Continuada de Docentes da UFSCar"	Subgrupo 2
14 de Agosto de 2018	Ajustes finais no texto "Diretrizes para Formação Continuada de Docentes da UFSCar"	Coordenação Geral
28 de Agosto de 2018	Ajustes finais no texto do Relatório	Coordenação Geral
04 de Setembro de 2018	Ajustes finais no texto do Relatório	Coordenação Geral
11 de Setembro de 2018	Ajustes finais no texto do Relatório	Coordenação Geral
01 de Outubro de 2018	Entrega do Relatório Final à Pró-Reitoria de Graduação para encaminhamentos	Coordenação Geral
30 de Outubro de 2018	Encerramento das atividades da Comissão	
	Apresentação das Diretrizes no Conselho de Graduação (CoG) e encaminhamentos	Coordenação Geral

JUSTIFICATIVA

A formação do professor para o exercício da docência no magistério superior, de acordo com o artigo 66 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), é dada em nível de pós-graduação, em programas de mestrado e doutorado. Dessa forma, a literatura produzida sobre a docência no Ensino Superior tem apontado que, embora a formação dos docentes seja em nível de pós-graduação, na maior parte das vezes não é oferecida ao pós-graduando uma formação para a docência, ou seja, o professor universitário possui uma excelente formação em área específica e, com o domínio dessa área, forma-se pesquisador.

Nesta perspectiva, segundo Pimenta e Anastasiou (2005), há a ideia de que a docência para o ensino superior não requer formação no campo do ensinar. Neste entendimento, o professor aprende a sê-lo mediante um processo de socialização em parte intuitiva, autodidata, ou seguindo a rotina dos outros. Isso se explica devido à inexistência de uma formação específica do professor para atuar como docente no ensino superior. Nesse processo, o professor se baseia em sua própria experiência como aluno, nas reações de seus estudantes e na sua capacidade autodidata.

Segundo Cunha e Zanchet (2010), da mesma forma que as funções de pesquisa precisam de formação, a docência também necessita. Na maior parte das vezes, o início ao mundo da pesquisa ocorre em cursos de doutorado, na integração em equipes de pesquisa, na realização da tese, sob a orientação de um professor. Em contrapartida, o início da docência é um processo muito mais desacompanhado e solitário. Nas palavras de Cunha (2007, p. 18):

Qualquer proposta curricular que pretenda uma articulação em torno de um projeto de curso exige a condição do trabalho coletivo. Requer um professor que dialogue com seus pares, que planeje em conjunto, que exponha as suas condições de ensino, que discuta a aprendizagem dos alunos e a sua própria formação; um professor que transgrida as fronteiras de sua disciplina, que interprete a cultura e reconheça o contexto em que se dá seu ensino e no qual sua produção acontece.

As condições apresentadas acima são básicas para a construção de uma profissionalidade docente, pois se reconhece a importância do trabalho coletivo, do diálogo entre pares, do planejamento e do compromisso com a aprendizagem dos estudantes. No entanto, Cunha (2007) realiza alguns questionamentos sobre a

preparação para atuação docente: *“Com que incentivo? Com que reconhecimento? Quando o professor universitário percebe essas condições [de formação] valorizadas? Em que lugar ele se prepara para essa tarefa?”* (CUNHA, 2007, p. 18).

É nesse sentido que se reconhece a importância de um **Programa de Formação Continuada de Docentes** como uma ação política institucional. Segundo Zabalza (2004), toda instituição precisa que o seu corpo docente desenvolva práticas de ensino coerentes com a sua missão formativa e, por esse motivo, é responsabilidade dela elaborar políticas de formação docente centrada nas necessidades de seu próprio processo de desenvolvimento.

Ainda segundo Zabalza (2004), o exercício da profissão e seu domínio não ocorrem por uma transferência direta de sabedoria, com se fosse uma aquisição “sobrenatural”. Não se pode supor que um jovem que ingresse como professor do Ensino Superior já esteja preparado (mesmo que seja doutor e competente em pesquisa) para enfrentar a docência, ou, não estando, que ele mesmo tome decisões oportunas para estar.

Neste contexto, o artigo 24, inciso V, da Lei 12.772/2012 (BRASIL, 2012), que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, estabelece como um dos critérios de avaliação de desempenho do docente em estágio probatório a “participação no Programa de Recepção de Docentes instituído pela IFE”.

Porém, é necessário salientar que fazer um curso, ou ao menos frequentá-lo, não significa necessariamente ser um docente melhor, mas é sim uma possibilidade de municiar o professor para melhor desenvolver a docência. Nesse sentido, as atividades formativas permanentes voltadas ao desenvolvimento docente constituem uma contribuição essencial da instituição para a criação de espaços reflexivos, contribuindo, assim, com o aumento da qualidade do ensino.

Ademais, nestas últimas décadas, temos visto entrar no ensino superior grupos de estudantes mais heterogêneos quanto à preparação na Educação Básica, à motivação, às expectativas, aos recursos financeiros, etc. Presenciamos um aumento significativo de uma diversidade de pessoas de diferentes idades, gêneros, credos, classes sociais, necessidades especiais, raças e etnias. Nessa perspectiva, o exercício da profissão docente requer uma sólida formação, não apenas nos conteúdos científicos próprios da disciplina, como também de aspectos correspondentes à sua didática, às relações interpessoais,

principalmente a relação professor-estudante, e ao encaminhamento das diversas variáveis que caracterizam a docência.

O desafio da formação dos professores universitários é, como bem aponta Zabalza (2004), transformá-los em “profissionais da aprendizagem”, em vez de especialistas que conhecem bem uma área e sabem explicá-la, relegando a tarefa de aprender como função exclusiva do aluno. Nesse princípio, Zabalza (2004) apresenta alguns pontos de referência para a formação de professores universitários: transformar o “aprender” em conteúdo e em propósito de ensino; refletir sobre a sua disciplina não a partir dela mesma, mas a partir da perspectiva do estudante; e ampliar os conhecimentos que os professores têm sobre a aprendizagem e sobre o modo como os alunos aprendem.

Portanto, de acordo com esta perspectiva, antes do compromisso com a sua disciplina, está o compromisso do docente com os estudantes e sua aprendizagem. Além disso, considera-se que as práticas pedagógicas dos docentes da UFSCar devem estar alinhadas aos ideais da instituição, indicados no PDI e outros documentos oficiais. Para tal, as ações relacionadas à formação docente na UFSCar propostas neste documento devem promover isso, em conjunto com outras ações da política da UFSCar e condições de infraestrutura.

É nesta perspectiva que esta comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, instituída pela Pró-Reitoria de Graduação, realizou um amplo trabalho de estudos e proposições para a implementação de Diretrizes para Política para o Desenvolvimento Profissional de Docentes da UFSCar.

AÇÕES DE FORMAÇÃO DOCENTE JÁ REALIZADAS NA UFSCAR

Para fins de diagnóstico das atividades formativas realizadas na UFSCar, fizemos um levantamento das ações realizadas por diferentes setores da UFSCar nos últimos seis anos (2012-2017) e cujo foco dessas atividades esteve voltado para o desenvolvimento docente. Para coleta dos dados presentes neste relatório, solicitamos, via ofício, aos Centros e a diversos setores que ofertam ou já ofertaram atividades aos docentes que nos enviassem estas informações. Os Centros: CCBS, CCET, CECH e CCN, assim como a CAAPE, SAADE e SEaD retornaram as informações solicitadas.

Para análise, foram organizados os dados coletados nos Gráficos que seguem:

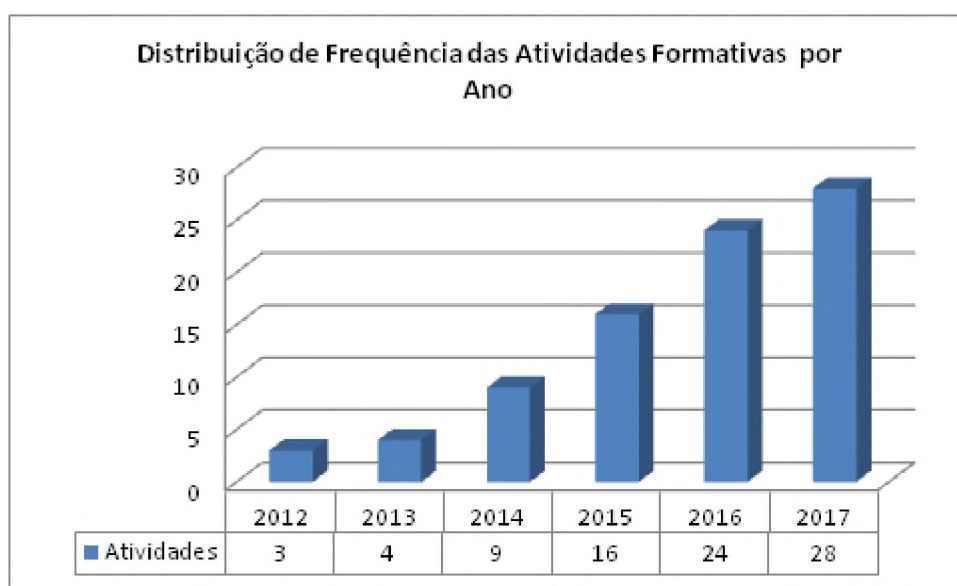


Gráfico 1 - Atividades Formativas por Ano.

No Gráfico 1 consta a distribuição das atividades formativas nos anos de 2012 a 2017. Verificamos que houve um aumento gradativo e significativo de atividades ao longo desses seis anos, com 3 atividades em 2012 e 28 em 2017. Os anos em que se observa maior aumento foram: de 2014 para 2015, que teve um aumento de 7 atividades; e de 2015 para 2016, no qual o aumento foi de 8 atividades. O total de atividades formativas entre os anos de 2012 e 2017 é de 84.

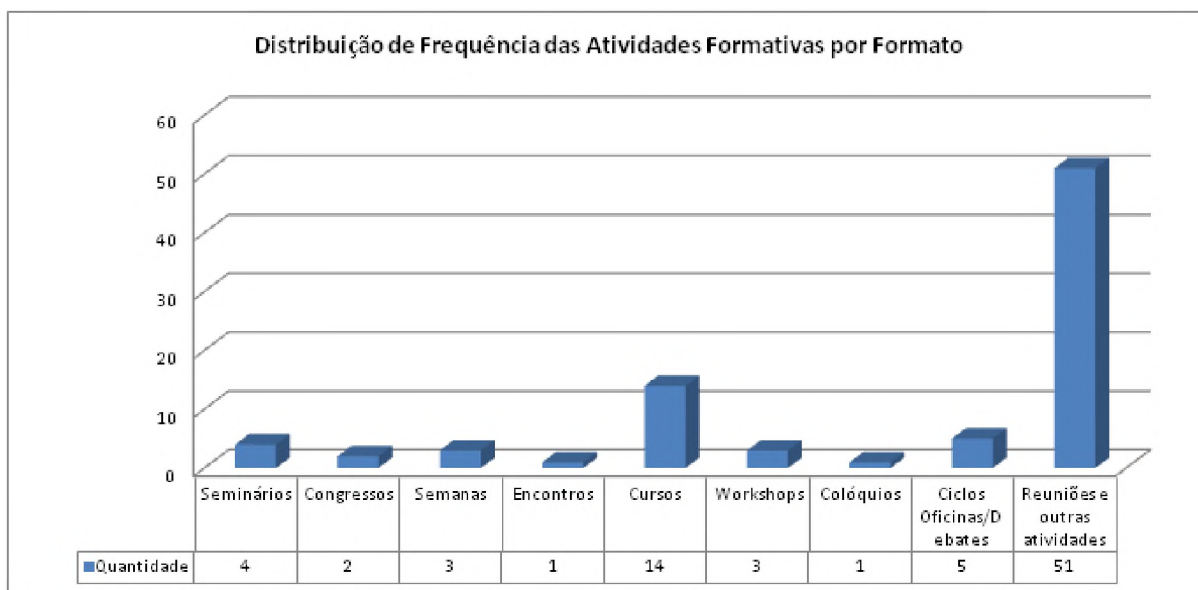


Gráfico 2 - Atividades Formativas por Formato.

No Gráfico 2 podemos observar os tipos de atividades formativas que foram ofertadas durante o período de 2012 a 2017. O formato que mais aparece é “Reuniões e outras atividades”, com 51 ações no total, seguido de “Cursos”, com 14 atividades. É válido ressaltar que na categoria “Reuniões e outras atividades” foram consideradas as reuniões que o setor da CAAPE faz regularmente com as coordenações de curso/docentes para fins de orientação e formação com vistas à construção de ações coletivas que primam pela melhor aprendizagem dos estudantes. Além disso, foram incluídas outras atividades, como aula pública, palestras, rodas de conversa, que não se encaixam em outras categorias.

Cabe aqui também um esclarecimento sobre a ação de reunião ter sido considerada como atividade de Formação Docente. Ainda que as reuniões com coordenadores de curso, chefias de departamento, núcleo docente estruturante e docentes em geral tenham um viés informativo, muitas vezes são nestes espaços que surgem oportunidades para discussões sobre a profissionalidade docente, como práticas de sala de aula, estratégias de avaliação, relação aluno-professor, fazendo com que estes momentos tornem-se propiciadores para a aprendizagem sobre o ensino por parte de professores da UFSCar. Muitas vezes, essas oportunidades surgem de demandas do próprio professor, que procura os setores para dialogar sobre a sua docência, no intuito de aprimorá-la.

É válido ressaltar que estas reuniões são constantes em outros setores da Pró-Reitoria de Graduação, como a DiDPed e os DeEG's, que realizam o acompanhamento da execução do Projeto Pedagógico dos Cursos, bem como da SEaD, que assessora os docentes interessados na inclusão de tecnologias digitais de informação e comunicação em suas práticas pedagógicas.

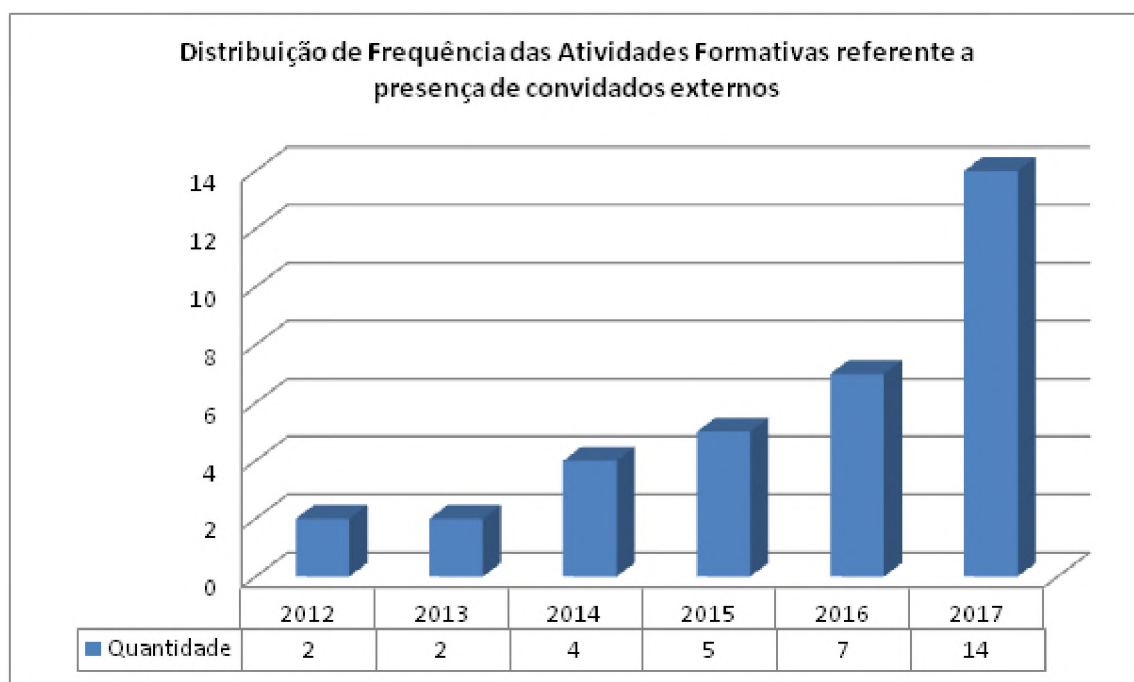


Gráfico 3 - Presença de convidados externos.

No Gráfico 3 temos a quantidade de convidados externos que participaram das atividades formativas em cada ano. Neste gráfico, verificamos o aumento gradativo de convidados externos na mesma proporção do aumento da oferta de atividades.

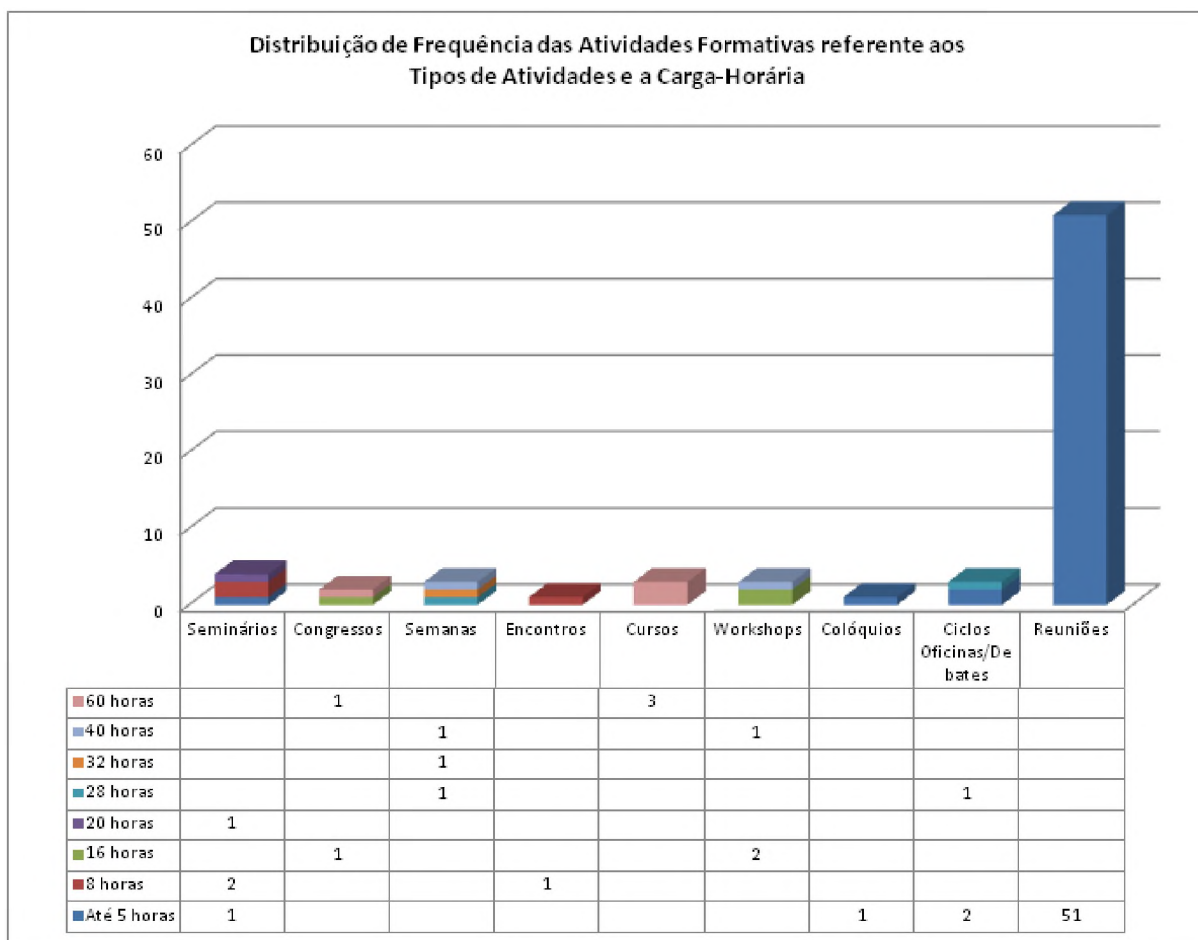


Gráfico 4 - Atividades Formativas referente aos Tipos de Atividades e a Carga-Horária.

O Gráfico 4 apresenta a relação entre o Formato das Atividades e a carga horária. Destacamos a realização de 3 atividades de 60 horas, indicando uma perspectiva formativa mais processual, como os cursos, mas também a quantidade significativa de atividades pontuais, como as reuniões com o corpo docente, que totalizaram 51.

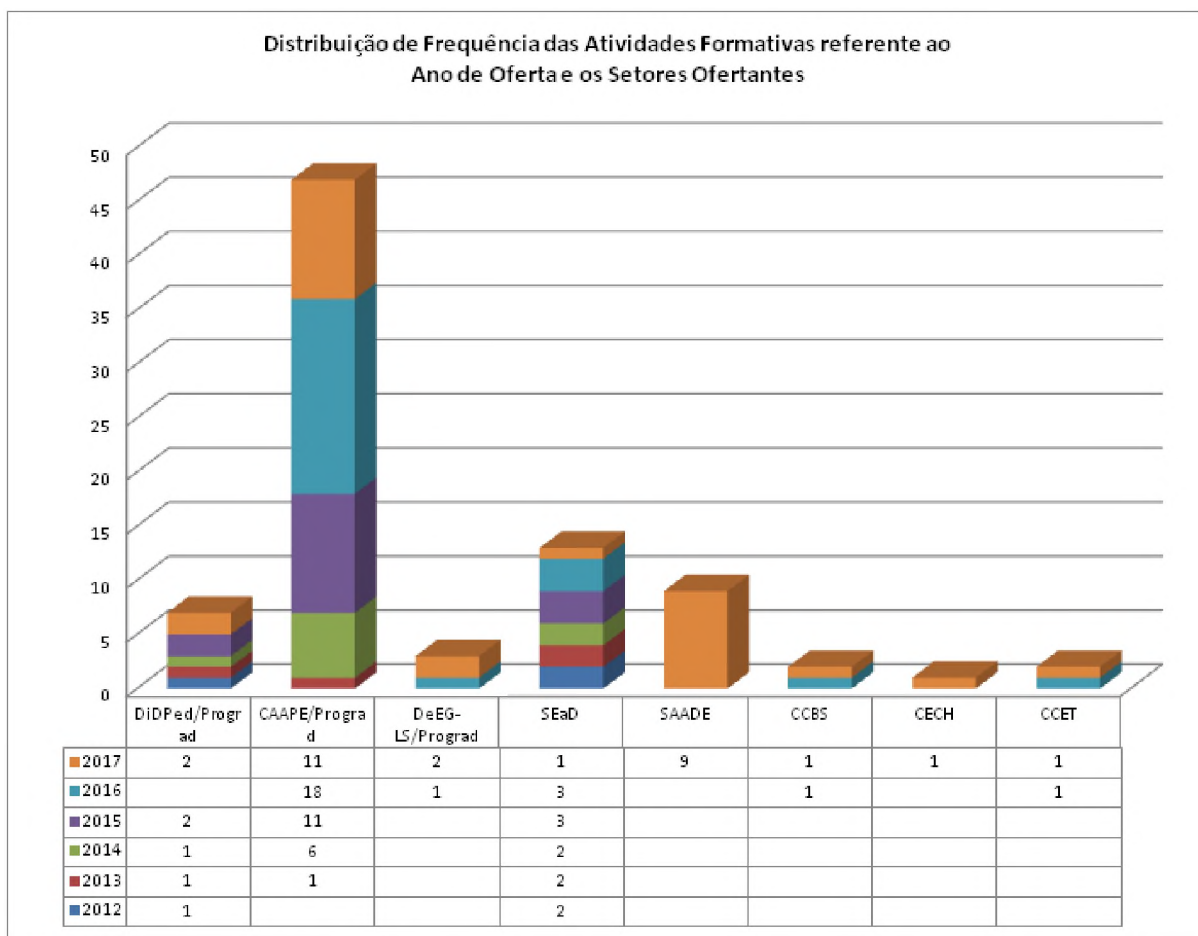


Gráfico 5 - Atividades Formativas referentes ao Ano de Oferta e aos Setores Ofertantes.

O Gráfico 5 mostra a quantidade de atividades ofertadas por diferentes setores institucionais, considerando o ano de oferta. Por meio deste gráfico, observa-se que as atividades formativas concentram-se na Pró-Reitoria de Graduação, Secretaria de Educação a Distância e, em 2017, a SAADE passou a também ofertar atividades de formação docente. Verificamos também que, em 2016 e 2017, o CCBS, CCET e CECH promoveram algumas atividades voltadas à formação de professores.

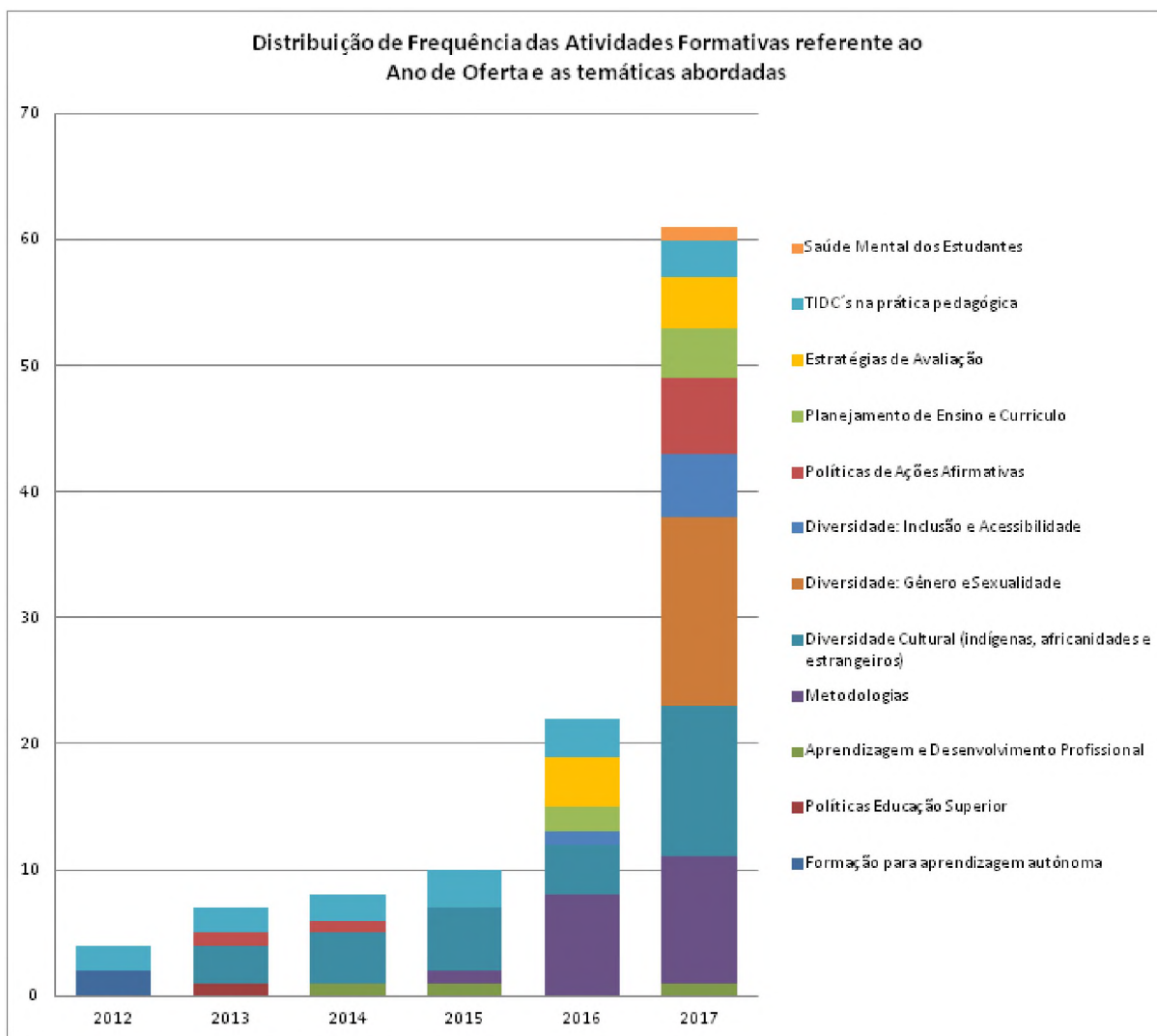


Gráfico 6 - Atividades Formativas referentes ao Ano de Oferta e Temáticas abordadas.

O Gráfico 6 apresenta as temáticas abordadas nas atividades formativas nos últimos 6 anos. Observa-se que, com o passar dos anos, houve uma grande diversificação nas temáticas trabalhadas pois, em 2012, aparecem apenas duas temáticas, e essa quantidade aumentou para 4 nos anos de 2013 a 2015, sendo que depois ainda teve um aumento para 6 temáticas em 2016, até que em 2017 foram trabalhadas 10 temáticas diferentes. Tais dados reafirmam o pressuposto de que as mudanças nos contextos socioeconômicos e históricos mobilizam novas demandas formativas que busquem atendê-las no ambiente da educação superior.

A temática “TIDC's na Prática Pedagógica” manteve sua frequência em todos os anos e “Formação para Aprendizagem Autônoma” aparece somente em 2012. Já as temáticas “Saúde Mental dos Estudantes” e “Diversidade: Gênero e Sexualidade” surgiram em 2017, muito provavelmente por serem temas emergentes,

dado a quantidade de casos de alunos e alunas com problemas de saúde mental na universidade, como depressão e outros transtornos. Destaca-se, ainda, a necessidade de informações e formação quanto às questões que envolvem mulheres e LGBTIs. A partir de 2013, aparece o tema “Diversidade Cultural (indígenas, africanidades e estrangeiros)”, que permanece até 2017. “Políticas de Ações Afirmativas” aparece em 2013, 2014 e depois apenas em 2017. Grande destaque é o tema “Metodologias”, que começa a aparecer em atividades no ano de 2015 e mantém-se em maior quantidade em 2016 e 2017. Podemos inferir, a partir desses dados, de que as mudanças dos perfis dos estudantes que ingressam na UFSCar, impulsionam a demanda pelo tema "metodologias", para, provavelmente, lidar pedagogicamente com esses novos perfis.

No processo de levantamento das atividades formativas do corpo docente, a comissão se deparou com alguns eventos ocorridos na UFSCar cujo enfoque não foi exclusivamente a formação de professores universitários. Porém, os temas discutidos apresentam extrema relevância para os docentes universitários como, por exemplo, a Semana Acadêmica Cultural Africana, o Mês da Consciência Negra, a Semana Acadêmica Cultural Africana e a Semana dos Estudantes Indígenas. Isto evidencia que a comunidade universitária, incluindo os docentes, entende tais temáticas como importantes no processo de convívio interpessoal, o que impacta no processo de ensino e aprendizagem.

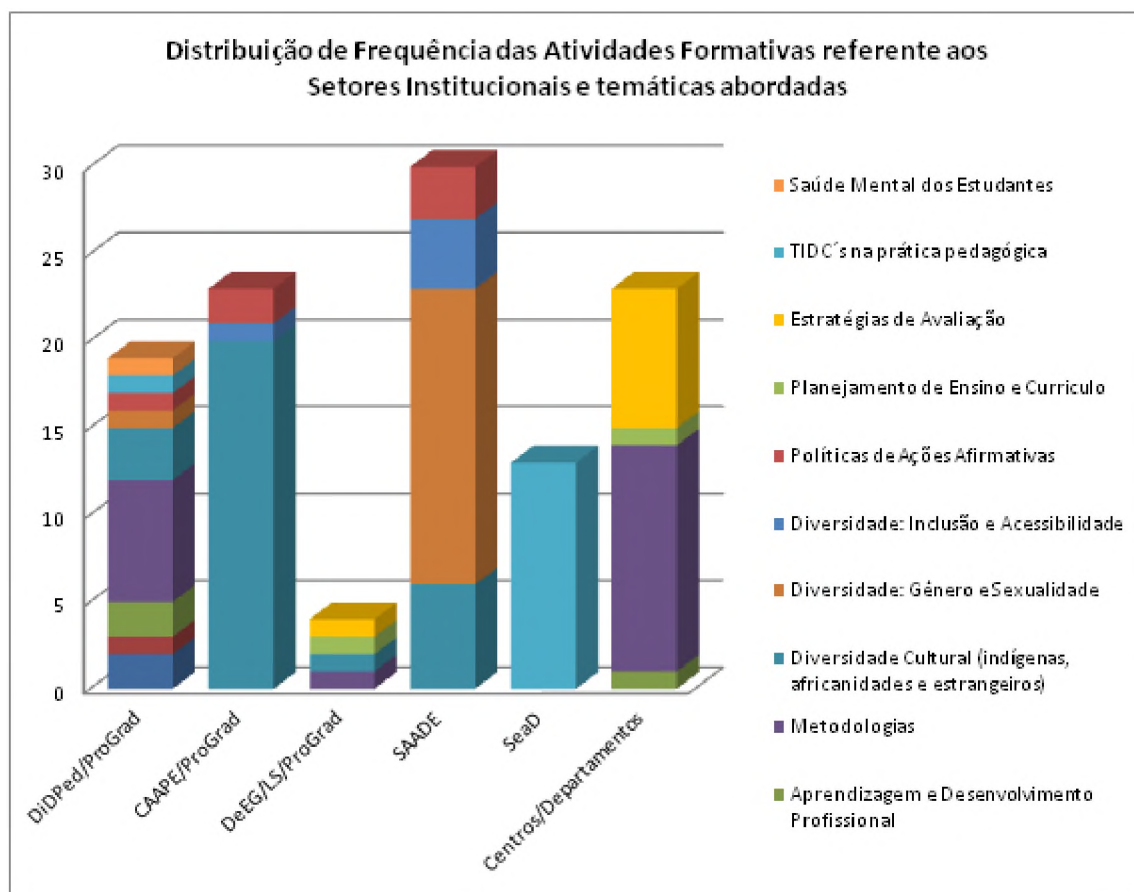


Gráfico 7 - Atividades Formativas por Setores Institucionais e temáticas abordadas.

A distribuição da frequência das atividades formativas referente aos setores institucionais e as temáticas abordadas aparecem no Gráfico 7. Verificamos que a DiDPed apresentou temas mais diversificados, com 9 temáticas, sendo que destes, sobressai a temática “Metodologias”. A CAAPE trabalhou mais com a temática “Diversidade Cultural (indígenas, africanidades e estrangeiros)”, mas também com o tema “Diversidade: Inclusão e Acessibilidade” e “Políticas de Ações Afirmativas”.

Já o DeEG do Campus Lagoa do Sino desenvolveu as temáticas “Metodologias”, “Diversidade Cultural (indígenas, africanidades e estrangeiros)”, “Planejamento de Ensino e Currículo” e “Estratégias de Avaliação”, enquanto que a SAADE desenvolveu atividades envolvendo as temáticas de diversidade: étnico-raciais, de gênero, de inclusão e políticas de ações afirmativas. A SEaD apresentou em suas atividades formativas a temática “TIDCs na Prática Pedagógica” e, por fim, os Centros e departamentos apresentaram as temáticas “Metodologias” (em maior

frequência), “Estratégias de Avaliação”, “Planejamento de Ensino e Currículo” e “Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional”.

Ressaltamos que as atividades de Desenvolvimento e Acompanhamento dos Cursos de Graduação da UFSCar realizadas pela DiDPed e pelos DeEG’s nas diversas reuniões que realizam cotidianamente com os coordenadores de cursos, chefias, docentes e NDE, em orientações sobre Reformulações Curriculares, Avaliações Externas, Diretrizes Curriculares, os currículos dos cursos, planejamento de disciplinas, conceitos e perspectivas pedagógicas não foram computadas neste gráfico. Contudo, tais atividades podem ser entendidas como momentos nos quais são discutidos temas relacionados à formação docente, por exemplo.

Podemos identificar no Gráfico 7 que há temas que foram pouco trabalhados, como, por exemplo, “Saúde Mental dos Estudantes”, abordado somente pela DiDPed, e que por vir se tornando cada vez mais questão importante e latente na realidade atual, julgamos que deveria ser visto como essencial na formação dos docentes. A temática "Saúde Mental dos Estudantes" é o eixo central da construção de Política de Saúde Mental da UFSCar em parceria com o SUS, lançada em agosto de 2018, via Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE). A referida política objetiva diminuir problemas relacionados à saúde mental, principalmente ansiedade e depressão, no ambiente universitário.

A comissão identificou que outros temas relevantes não aparecem no Gráfico 7, como por exemplo, Políticas Educacionais para o Ensino Superior, bem como as reformas educacionais que têm sido realizadas no Ensino Fundamental e Médio e afetam diretamente o Ensino Superior. E, ainda, propostas como o Projeto da Escola sem Partido, que novamente está em pauta nos órgãos deliberativos como câmara e senado, também não apareceram.

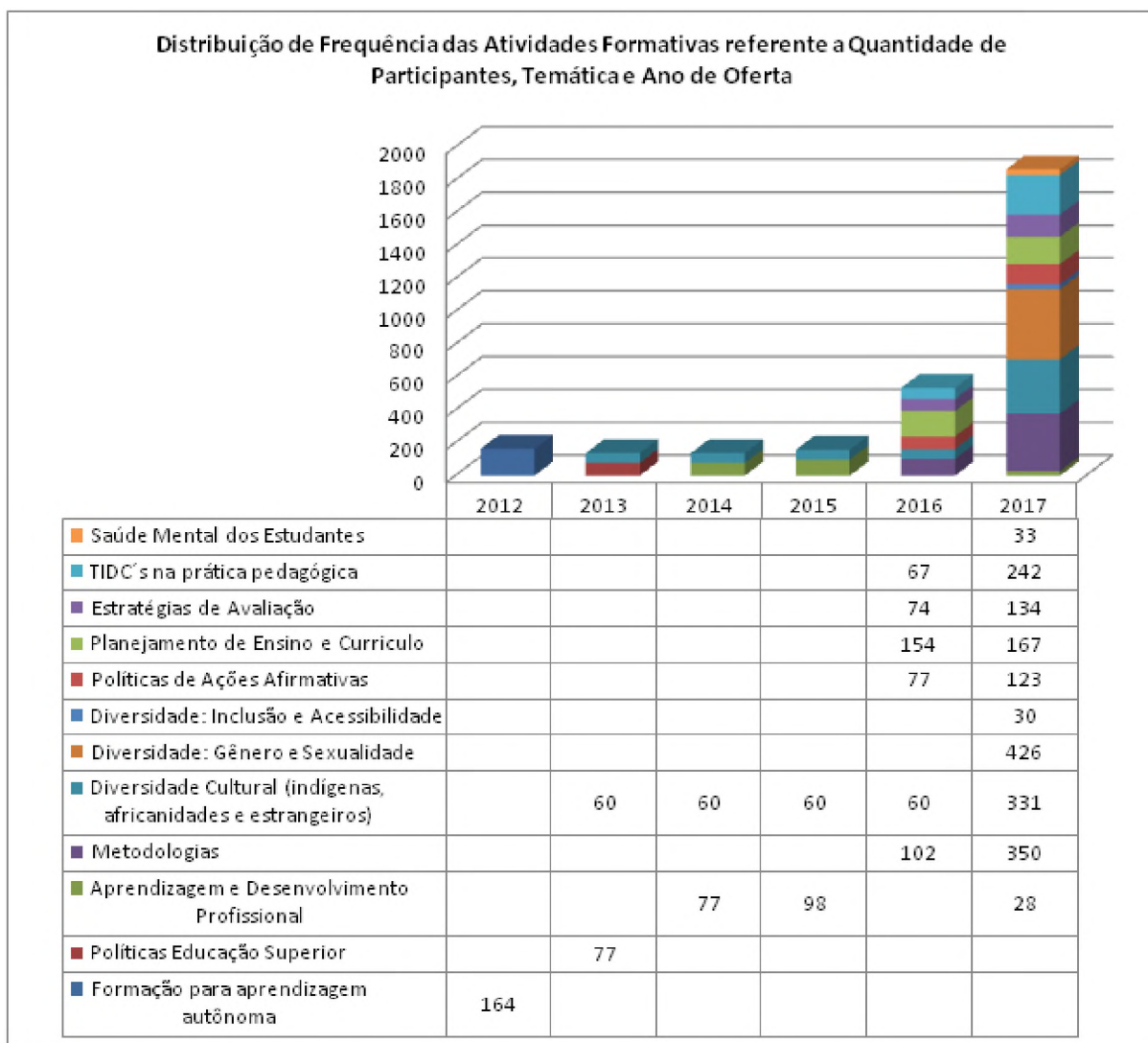


Gráfico 8 - Quantidade de Participantes, Temática e Ano de Oferta.

O Gráfico 8 apresenta a quantidade de participantes nos eventos formativos da UFSCar por temática e ano de oferta. No ano de 2017, verificamos maior quantidade de participantes nas temáticas de Gênero e Sexualidade (426 participações), seguida por Metodologias (350), Diversidade Cultural (331) e TIDC na prática pedagógica (242). É necessário ressaltar que os dados de participação foram retirados das listas de presença que são assinadas durante o evento e, para alguns eventos, não há como saber se os presentes são docentes da UFSCar.

Os organizadores destas atividades - alguns são membros desta comissão - conhecendo a pequena adesão do corpo docente, normalmente permitem a participação de outros públicos, como estudantes de graduação, pós-graduação, servidores técnico-administrativos, preceptores, etc. Assim, nem sempre é possível identificar a efetiva participação dos docentes nestas atividades. Dessa

forma, verificamos que os dados mostrados no Gráfico 8 podem induzir a uma leitura não correspondente à efetiva participação dos docentes da UFSCar em eventos formativos da própria instituição.

Para complementar a análise destes dados, solicitamos à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas o quantitativo do corpo docente da UFSCar lotado por Centro. Esta relação consta na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2- Quantitativo Corpo Docente da UFSCar distribuído por Centro.

Campus Araras	CCA	80
Campus Lagoa do Sino	CCN	56
Campus São Carlos	CCBS	257
	CECH	246
	CCET	426
	SEaD	1
Campus Sorocaba	CCHB	70
	CCGT	56
	CCTS	58

A UFSCar possui atualmente 1250 docentes em seus quatro *campi*, sendo 930 no *Campus* São Carlos, 184 no *Campus* Sorocaba, 80 no *Campus* Araras e 56 no *Campus* Lagoa do Sino. De posse do quantitativo de docentes da UFSCar, buscamos alguns eventos que ocorreram em 2017 e que nos permitem identificar a participação dos docentes nestas atividades. Seleccionamos o VII Seminário de Ensino de Graduação e o III Congresso de Ensino de Graduação.

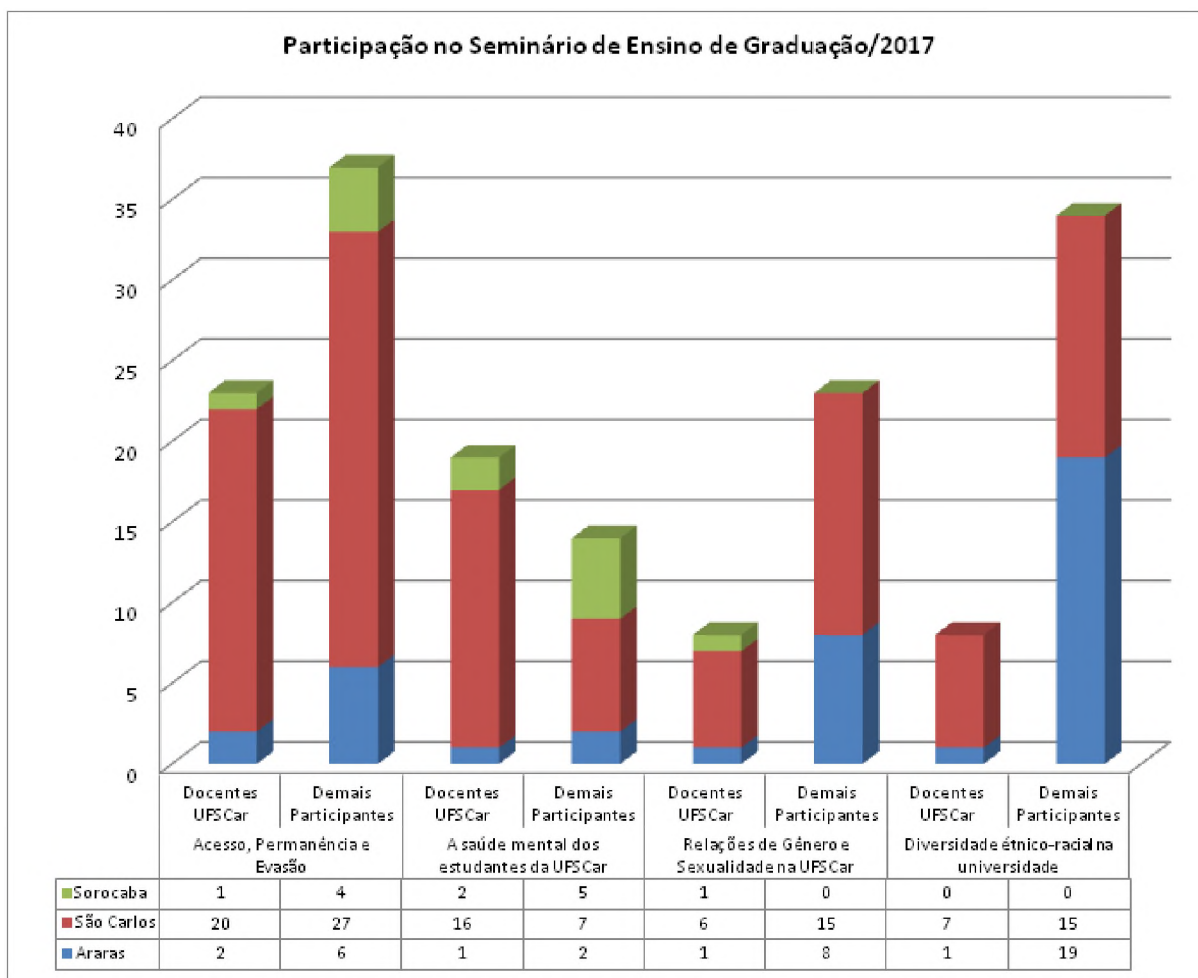


Gráfico 9 - Participação no Seminário de Ensino de Graduação/2017.

O VII Seminário de Ensino de Graduação ocorreu em 3 dos 4 *campi* da UFSCar no formato de rodas de conversa. No *campus* Sorocaba, dos 184 docentes lotados, as atividades contaram com a participação de, no máximo, 2 docentes. O mesmo ocorreu no *campus* Araras, com 2 docentes participantes de um total de 80 lotados no campus. A equipe do *campus* Lagoa do Sino foi convidada a participar do evento junto ao *campus* São Carlos, o que ocorreu com a representação de 2 docentes. Em São Carlos, a maior participação foi na roda de conversa sobre Acesso, Permanência e Evasão, com 20 docentes participantes dos 930 lotados no *campus*. A partir destes dados, pode-se inferir que a participação dos docentes da UFSCar nestas atividades foi extremamente baixa.

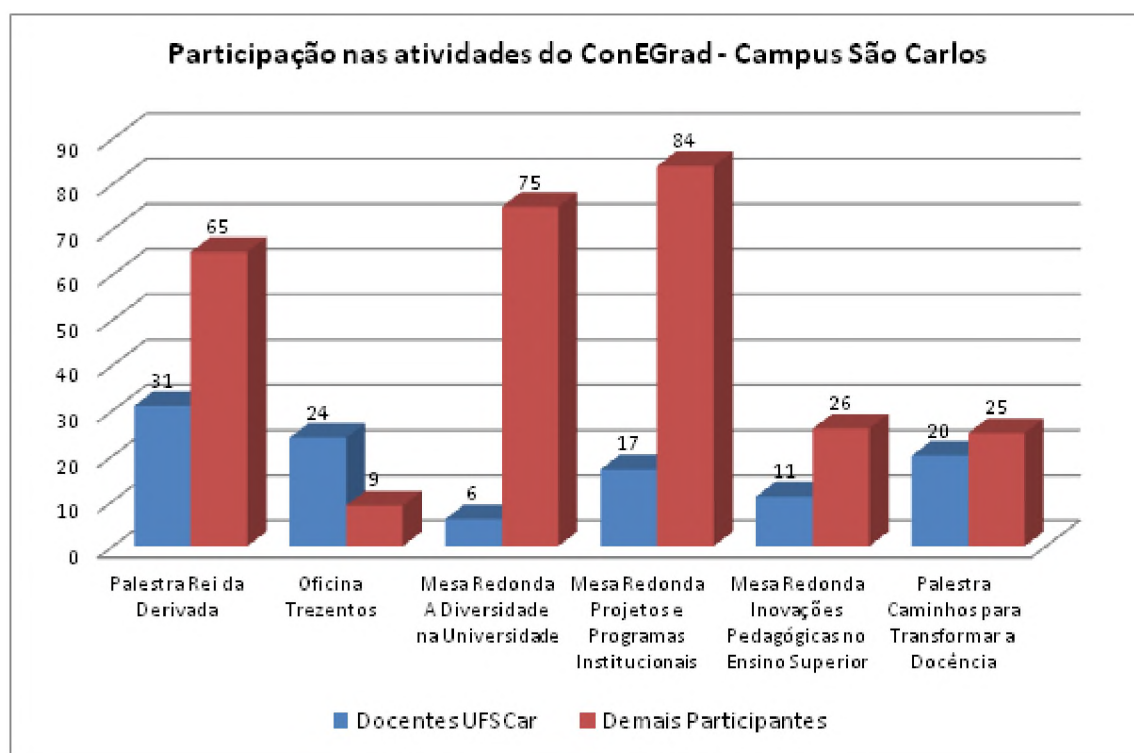


Gráfico 10 - Participação nas atividades do ConEGrad - Campus São Carlos.

O Gráfico 10 apresenta a quantidade de participantes nas atividades do III Congresso de Ensino de Graduação que ocorreu no *Campus* São Carlos. Os dados mostram que a participação do público de não docentes da UFSCar foi maior em todas as atividades, exceto na Oficina “Método Trezentos”, que teve a participação de 24 docentes e de 9 não docentes. A Palestra “Rei da Derivada” contou com 31 participantes que são docentes da UFSCar e, em contrapartida, a Mesa Redonda Diversidade na Universidade contou com a participação de apenas 6 docentes. Podemos inferir que a preocupação com as questões metodológicas estão presentes no corpo docente, mesmo que estas atividades tenham contado com pouca participação docente se compararmos os participantes o total de docentes da UFSCar.

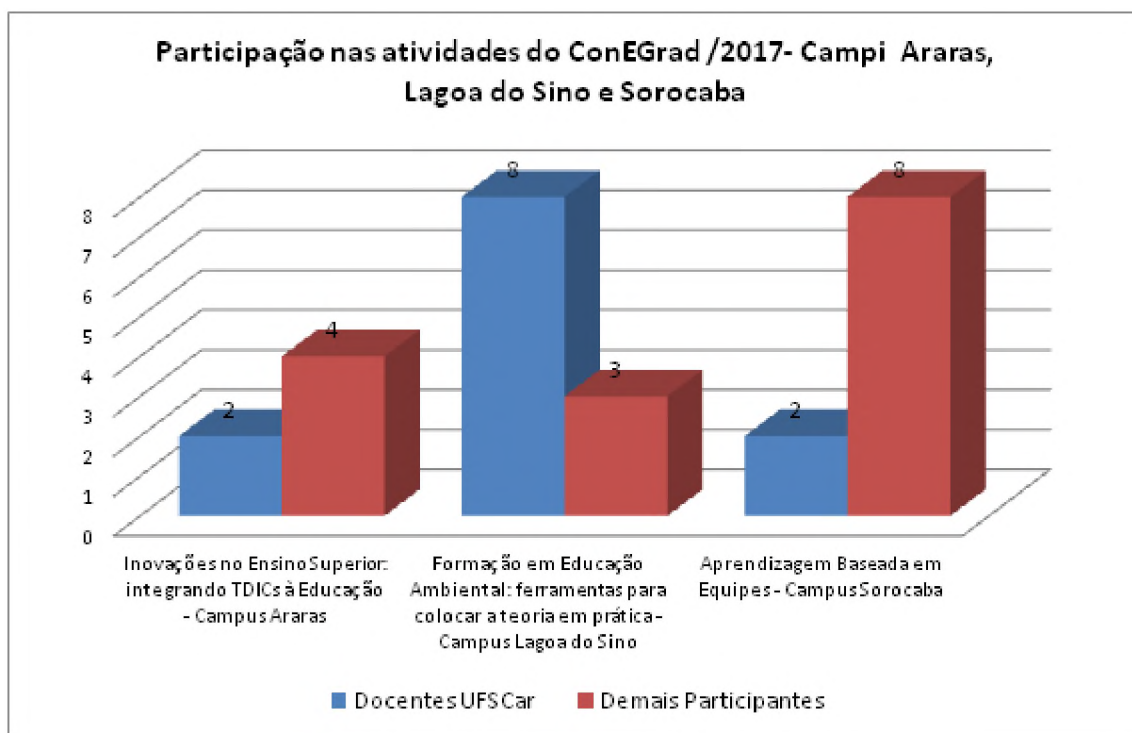


Gráfico 11 - Participação nas atividades do ConEGrad /2017- Campi Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba.

No III Congresso de Ensino de Graduação ocorreram atividades específicas para os *Campi* de Araras, Lagoa do Sino e Sorocaba. O Gráfico 11 apresenta uma baixa participação de docentes da UFSCar nas atividades, considerando que as vagas ofertadas foram 40. Somente a atividade do *campus* Lagoa do Sino teve uma participação maior dos docentes do campus em relação aos não docentes.

A seguir a comissão considerou pertinente realizar algumas considerações a partir dos dados trazidos nos gráficos anteriores, buscando uma melhor compreensão sobre a formação dos professores universitários, em especial a que ocorre dentro do espaço institucional. Para tal, recorreu-se aos conceitos de *espaço, lugar e território* delineados por Cunha e Zanchet (2010). Para a autora, “a universidade é em princípio, o espaço da formação dos professores da educação superior” (CUNHA e ZANCHET, 2010, p. 46). Nesse sentido, esta instituição deve utilizar o próprio espaço de trabalho para estudos e reflexões sobre as suas práticas e, assim, desenvolver profissionalmente a docência.

No caso da UFSCar, vemos que as ações formativas para os docentes da educação superior ocorrem em diferentes espaços institucionais: ProGrad (DiDPed, CAAPE, DeEG), Centros, Departamentos, Secretarias, etc. Constatamos também

que os setores promovem atividades com temáticas diretamente relacionadas às atribuições de seus respectivos setores. Segundo Cunha e Zanchet (2010), o(s) espaço(s) de formação, pode(m) ou não se transformar em lugar de formação. Para ela, “o lugar representa a ocupação do espaço pelas pessoas que lhe atribuem significado e legitimam a sua condição” (CUNHA e ZANCHET, 2010, p. 54). Contudo, nem sempre estes espaços de formação dos docentes são ocupados e, por essa razão, deixam de se transformar em lugares. Assim, questionamos: as ações formativas oferecidas pelos diferentes espaços da UFSCar tem se constituído em *lugar* de formação para os professores desta instituição? Nas palavras da autora:

A Universidade ocupa o *lugar* da formação quando os sujeitos, que desse processo se beneficiam, incorporam as experiências na sua biografia. Portanto, fazem, também, parte do lugar. Reconhecem e valorizam o lugar. [...] As experiências, que dão à universidade a condição de lugar de formação, reconhecem nela a condição de *locus* cultural, que faz intermediações de significados com os sujeitos em formação. Nessa perspectiva, constrói-se uma teia de relações que torna possível a produção de sentidos, perpassadas pelas relações de poder que se estabelecem na relação espaço-lugar de formação (CUNHA e ZANCHET, 2010, p. 55, grifos da autora).

Este questionamento emerge ao refletirmos sobre a participação do corpo docente nos eventos formativos que foram ofertados nos últimos anos e constam neste relatório. De maneira geral, foi constatado que a quantidade de participação docente em atividades formativas promovidas pela UFSCar é baixa, como já salientado. A conclusão da comissão é que os espaços institucionais de formação, para muitos dos nossos docentes, não tem se constituído em lugar exclusivo de formação, na medida em que eles podem estar ocupando outros espaços formativos, inclusive fora da UFSCar.

Avançando na compreensão dos conceitos de Cunha e Zanchet (2010), “o espaço se transforma em lugar quando os sujeitos que nele transitam lhe atribuem significados”. Por sua vez, “o lugar se torna território quando se explicitam os valores e dispositivos de poder de quem atribui os significados” (CUNHA, 2010, p. 56). Nessa perspectiva, os lugares são transformados em territórios quando as ações: 1. são firmadas em um Programa legitimado pelos docentes e demais envolvidos; 2. quando já existe algum tempo de ocupação; 3. tenham reconhecimento dos efeitos pelos favorecidos das ações formativas.

Nesta perspectiva, caminhando em direção da construção de territórios formativos, a comissão identificou a necessidade de avançar para uma concepção de formação docente numa perspectiva mais processual, superando a perspectiva de realizar a formação docente, na maior parte, em eventos pontuais (seminários, oficinas, rodas de conversas, workshops, etc), cujo enfoque está na sensibilização do corpo docente, mas nem sempre fomenta estudos e reflexões sobre as suas práticas, com bases teóricas que permitam uma compreensão crítica da profissão. Por outro lado, a partir das ações já realizadas, reconhecemos que a UFSCar possui exemplos de ações formativas centradas em processos.

Portanto, conceber as ações formativas como *território* significa reconhecer o direito que o docente tem ao acompanhamento, à reflexão e à discussão sobre suas atividades profissionais, como um *contínuo*, a partir de um referencial teórico, e não somente como uma atividade a mais que traga sobrecarga ao professor, como se fosse um dever, imposto pela instituição.

OS PROGRAMAS/POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A política de formação de docentes para o ensino superior é frequente tema de discussão no meio político e nas IES. O Ministério da Educação (MEC), tenta, por meio de instituições de fomento como CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), organizar linhas de incentivo à formação de docentes de ensino superior e pesquisadores. Evidentemente, existem outras fontes de fomento geridas por outras instituições, como o CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e as Fundações de Amparo Estaduais, como FAPESP, FAPERJ, etc. No entanto, isso ainda não garante que a formação pedagógica seja alcançada em sua plenitude.

A quantificação do impacto que causa a formação pedagógica do docente de ensino superior, na qualidade do profissional a ingressar no mercado, ainda é imprecisa. O ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) tem sido uma das principais ferramentas para essa aferição. Apesar da complexidade e diversidade nessa relação de causa e efeito entre professor e aluno, é evidente que existe um grande potencial de influência entre a capacitação didática e a qualidade do profissional formado pela universidade.

Diversas IES brasileiras possuem programas e/ou políticas com o objetivo de qualificar seus docentes no âmbito didático-pedagógico. Nos trabalhos desta comissão, foram analisadas sete instituições:

- UNESP: Universidade Estadual Paulista
- USP: Universidade de São Paulo
- UNICAMP: Universidade de Campinas
- UFPR: Universidade Federal do Paraná
- UFG: Universidade Federal de Goiás
- UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
- UFV: Universidade Federal de Viçosa

Seguem as características de cada programa/política e suas respectivas IES:

1. UNESP

Em 2005, na UNESP, foi feita uma solicitação, dos Conselhos de Curso de Graduação, a um grupo de docentes que já estava trabalhando na proposta de formação continuada de docentes, que estendesse essa proposição à toda universidade. O objetivo era institucionalizar as ações de formação contínua para docentes, por meio de atividades presenciais e a distância.

No ano seguinte, o programa é implantado em todos os *campi* da UNESP, dentro da estrutura gerencial da Pró-Reitoria de Graduação. Vários encontros foram organizados por meio de uma comissão gestora, com o intuito de desenvolver uma política permanente sobre a qualidade do ensino oferecido. Ainda em 2006 foi lançado um programa institucional de formação continuada de professores da UNESP/PROGRAD. Em 2008, o programa evoluiu para um núcleo, Núcleo de Estudos e Práticas Pedagógicas da UNESP/PROGRAD (NEPP), com o objetivo de garantir a realização de ações pedagógicas de formação contínua de docentes e contribuir com a unidade ou *campus* em atividades pertinentes.

Nos anos seguintes, o NEPP ganha maior abrangência entre os *campi*, contando com comissões locais desenvolvendo trabalhos de formação contínua, ganhando, em 2012, *status* de Unidade Complementar vinculada à Pró-reitoria de Graduação, assumindo o nome de Centro de Estudos e Práticas Pedagógicas "Professora Adriana Josefa Ferreira Chaves" – CENEPP – UNESP, por meio da resolução Consuni nº 154 de 29 de novembro de 2012.

Sediada no campus de Bauru, mas com representações do Centro nos 24 *campi* da UNESP e nas 34 Unidades de Ensino, por meio dos 11 Polos Regionais e das 34 Comissões Locais existentes, tem como objetivo principal desenvolver atividades de formação pedagógica dos professores da Universidade e realizar pesquisas afins, acolhendo, fomentando, orientando e apoiando iniciativas na área pedagógica, apresentadas pelas Unidades Universitárias da UNESP. Além disso, também se propõe a promover propostas de formação continuada que tragam a reflexão sobre a prática pedagógica de forma crítica, no contexto das relações entre ciência, tecnologia, arte, cultura, educação e sociedade.

O CENEPP - UNESP tem atuação em seis (6) áreas:

1. Formação Pedagógica Contínua de professores da UNESP, por meio de dois projetos: as Oficinas de Estudos Pedagógicos e as Atividades de Formação Pedagógica Contínua.
2. Assessoria Pedagógica na UNESP, pelos projetos de assessoria pedagógica aos Conselhos de Curso de graduação da UNESP e assessoria pedagógica às comissões constituídas pelos órgãos colegiados centrais/locais e Pró-reitoria, para estudo, revisão e novas propostas relacionadas à melhoria de ensino na UNESP.
3. Desenvolvimento de Pesquisas sobre a prática pedagógica e formação pedagógica contínua de professores universitários.
4. Produção e Divulgação Científica pelos projetos de produção bibliográfica, técnica, artística e cultural e participação e organização de eventos científicos.
5. Atuação em cursos de pós-graduação da UNESP e de outras IES, por meio de palestras, disciplinas, assessorias a programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, com ênfase na formação pedagógica de professores para o Ensino Superior.
6. Convênios com Instituições do Ensino Superior (IES), com o projeto de desenvolvimento de atividades de formação pedagógica contínua em âmbito nacional e internacional em IES, com objetivos afins ao CENEPP.

O CENEPP trabalha por meio de três tipos de oficinas:

- Oficina Básica, com a temática: Práticas pedagógicas no ensino superior;
- Oficinas Específicas, com temáticas como: projeto Político Pedagógico dos cursos de graduação da UNESP, Avaliação do processo ensino aprendizagem, Relações interpessoais na universidade, Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs);
- Oficinas Especiais, com as temáticas: Projeto Político-Pedagógico dos cursos de graduação da UNESP, Interação com a Diretoria Técnica Acadêmica, Articulação dos Cursos de graduação, Desempenho Acadêmico.

Inúmeras iniciativas de formação acontecem anualmente, passíveis de divulgação/acompanhamento por uma ferramenta que está disponível no site SisCenepp³.

2. UNICAMP

Em 2010, a UNICAMP criou o Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem (EA2), órgão subordinado à Pró-Reitoria de Graduação, com o objetivo principal de contribuir para o aprimoramento do ensino de graduação da IES por meio de políticas que visem ao aprimoramento didático-pedagógico dos docentes, ao assessoramento das coordenadorias dos cursos, nas diversas unidades de ensino da universidade e a ampliação da formação do aluno, de forma permanente. Apesar de sua criação e funcionalidade, não há obrigatoriedade de participação dos docentes nas atividades de aprimoramento.

O EA2 foi organizado na forma de quatro coordenadores, para: coordenação geral do EA2, coordenadoria de avaliação, coordenadoria de ensino e coordenadoria de projetos. Sendo que os coordenadores são docentes pertencentes ao quadro de funcionários da UNICAMP.

Dos projetos em desenvolvimento, no ano de 2016, destacam-se:

- **PAG (Programa de Avaliação da Graduação).** Trata-se de um instrumento comum para obter dados junto à comunidade discente e docente sobre os cursos e disciplinas de graduação da UNICAMP, no qual, alunos e professores, participam do seguinte processo: auto avaliação; avaliação de curso; avaliação de disciplinas. Os resultados dessa avaliação eram apresentados semestralmente, propondo ações contínuas para valorização da aprendizagem e docência na graduação.
- **Serviços** que auxiliem docentes no constante aprimoramento de sua atividade de ensino. Inclui auxílio acadêmico-administrativo para ações que visem captar recursos e investimentos para inovações e aprimoramento no ensino de graduação.

³ <https://siscenepp.ibb.unesp.br/nepp/sisnepp/>

- **TOPE (Todos Podem Pensar).** Projeto que abre espaço para que as pessoas do *campus* ministrem cursos diversos. Os cursos podem ser voltados para qualquer assunto que desperte o interesse da comunidade.
- **Ponto de Encontro.** Pelo site do programa, as pessoas podem inscrever um grupo existente na UNICAMP, assim como consultar os já existentes e escolher aqueles que podem ser de seu interesse participar.
- **Rodas de Conversa.** Programa que tem como objetivo possibilitar uma maior interação e cooperação entre o EA2 e as coordenadorias de curso, tendo em vista o seu objetivo fundamental, qual seja, o aprimoramento do ensino da graduação na UNICAMP.
- **Aprimoramento da docência universitária.** Tem como objetivos realizar ações junto às coordenadorias dos cursos de graduação visando ao aprimoramento da atuação junto aos docentes da unidade e da coordenação administrativa e pedagógica dos cursos de graduação, bem como realizar ações junto aos docentes da UNICAMP visando à melhoria das condições do ensino de graduação na universidade.
- **InterAM (Atividades Interdisciplinares).** Tem como objetivo ampliar a maneira de o aluno ver e interagir com o mundo. Este projeto busca incentivar a participação conjunta de docentes numa mesma disciplina, fomentando a perspectiva de um trabalho interdisciplinar. Assim, buscar-se-á uma aproximação com os docentes responsáveis pelas atividades em desenvolvimento, com o objetivo de verificar estratégias de contribuição ampliada.
- **Acolhimento.** Segundo entrevista com o Prof. Sergio Antonio da Silva Leite, da UNICAMP, é um programa primordial ao docente, que consiste em colaborar com o processo de adaptação dos novos docentes às condições institucionais da UNICAMP, além de assessorá-los no processo de planejamento das atividades de ensino, com relação à disciplina que irão ministrar nos cursos de graduação e acompanhar a trajetória deles durante o primeiro semestre de trabalho acadêmico desenvolvido na universidade.

As atividades do EA2 foram suspensas em 2017 devido à contenção orçamentária da UNICAMP.

3. USP

Em 2002, é formado o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), ligado à Comissão de Apoio Pedagógico (CAP), responsável pela determinação das políticas de formação de docentes a serem executadas pelo GAP. O grupo conta com a participação de docentes dos diversos *campi* da USP e tem como objetivo a melhoria do ensino de graduação nos diferentes cursos da instituição, oferecendo subsídios para que as Comissões de Graduação, Comissões Coordenadoras de Cursos e docentes das Unidades renovem e aprofundem conhecimentos com o intuito de promover as mudanças que se fizerem necessárias na prática pedagógica para assim implementar a qualidade no ensino de graduação.

A visão do grupo é de que a formação dos profissionais deve não apenas desenvolver competência científica e técnica para atuação em área específica, mas também competência pedagógica, política, ética e humana que favoreça a inserção crítica no contexto de trabalho e o exercício da cidadania na sociedade brasileira.

O GAP foi organizado em três frentes de trabalho:

1. Formulação de indicadores para a avaliação do trabalho docente.
2. Programa Ensinar com Pesquisa que disponibilizou 800 bolsas de estudos a alunos da graduação interessados em desenvolver pesquisas relativas aos processos de ensino do seu curso.
3. Cursos e Seminários de Pedagogia Universitária. Talvez uma das mais importantes ações, pois visava superar "ações pontuais" – simpósios, seminários, palestras ou oficinas – presentes na cultura institucional e que, embora sejam iniciativas para melhorar a qualidade da docência, são marcadas por abordagens fragmentadas e descontínuas e com foco nos docentes e seu ensino de modo individual.

Entre os anos de 2007 e 2009, contando com a parceria da Prof. Dra Lea das Graças Camargo Anastasiou, os seminários tinham uma rotina mensal, cuja temática abordava quatro pontos principais:

- Análise do contexto sociocultural;
- Conhecimentos pedagógicos pertinentes ao ensino;

- Condições institucionais e de trabalho que permeiam o fazer docente;
- Importância da docência universitária.

A adesão dos docentes era voluntária, mas alcançou aproximadamente 500 professores participantes, totalizando cerca de 10% dos docentes da USP. Houve um grande crescimento das ações do GAP na gestão da Pró-Reitoria de Graduação da Profa. Dra. Selma Garrido Pimenta e da Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida, entre 2006 e 2010. Após essa gestão, as ações diminuíram.

No entanto, o GAPRP (Grupo de Apoio Pedagógico *Campus* Ribeirão Preto) continua desenvolvendo trabalho de formação pedagógica junto aos docentes da USP de Ribeirão Preto, abrangendo todas as Faculdades e Cursos que se encontram no campus. Este grupo oferece formação pedagógica e assessoria às coordenações de cursos na reestruturação de Projetos Pedagógicos, conforme a solicitação de cada curso ou faculdade.

4. UFPR

Em 2012, a Universidade Federal do Paraná, instituiu o Programa de Formação Continuada de Professores na Universidade, com o objetivo de oferecer a oportunidade de participação e vivência dos docentes em atividades que visem a sua capacitação profissional permanente e a formação continuada em serviço, bem como a melhoria do ensino na Universidade. O programa é gerido pela Pró-Reitoria de Graduação e é destinado, obrigatoriamente, aos professores em estágio probatório, totalizando, no mínimo, 100 horas em atividades do programa e contabilizando pontos na progressão do docente. A iniciativa também é oferecida a todos os professores que desejassem buscar atualização pedagógica.

O programa estabelece claramente as responsabilidades da Pró-Reitoria de Graduação e dos Centros, Departamentos, Coordenação de Curso e demais estruturas acadêmicas. Assim, compete à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFPR:

- Estabelecer normas e critérios complementares à legislação vigente, necessárias à execução do Programa;
- Definir o calendário e formato do Programa;
- Coordenar a execução das atividades do Programa;

- Validar as atividades que poderão constituir o Programa;
- Divulgar as ações do Programa;
- Certificar as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa.

Compete aos Centros, Departamentos, Coordenação de Cursos e demais estruturas acadêmicas:

- Solicitar à PROGRAD a realização de ações de formação continuada específica à sua área e de interesse da unidade e dos docentes;
- Realizar, em conjunto com a PROGRAD, atividades de formação continuada para os docentes lotados na unidade;
- Disponibilizar pessoal, espaço físico e equipamentos necessários para a realização das ações do Programa no âmbito da unidade;
- Divulgar as ações do Programa em sua unidade; incentivar e possibilitar a participação dos docentes.

O conteúdo das atividades do programa focava na formação continuada segundo os temas: Identidade Docente, Políticas Educacionais para o Ensino Superior, Legislação da Educação Superior Brasileira, Currículo, Planejamento e construção da aula, Gestão da sala de aula, Avaliação de aprendizagem, Tecnologias educacionais, Educação à Distância, e Estrutura e funcionamento da UFPR.

5. UFG

A Universidade Federal de Goiás já oferecia, desde 1994, atividade pontual de acolhida aos novos docentes durante o estágio probatório. No entanto, após diversas críticas dos participantes com relação à exclusividade nas questões pedagógicas e sem articulação com a universidade como um todo (estrutura, funcionamento, o ensino na universidade), a atividade foi reestruturada e ampliada, culminando na resolução do Consuni n. 32/2013 da UFG:

Art. 8º Ao tomar posse, o docente deverá participar do programa de atividades relativas à política de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e sua inserção na realidade da UFG, promovidas e regulamentadas pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos – PRODIRH.

§ 1º A comprovação de participação nas atividades de que trata o caput deste artigo integrará a avaliação a que se refere o artigo anterior.

§ 2º A realização das atividades exigidas no caput deste artigo é condição indispensável para finalização do estágio probatório (UFG, 2013, p. 3).

A instituição do Programa Formação para a Docência na UFG tem como objetivo contribuir para uma maior e melhor inserção dos novos professores da UFG na carreira docente. Para cumprir com esse objetivo, faz-se:

1. A apresentação, aos novos docentes, da UFG e sua estrutura institucional;
2. Problemática das questões atinentes à prática pedagógica docente;
3. Criação de espaço de diálogo, partilha e troca de experiências entre os docentes;
4. Constituição de um canal de interlocução entre a instituição e os docentes.

Sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação da UFG (PROGRAD) e pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (PRODIRH), o Programa Formação para a Docência da UFG é parte integrante do Plano Anual de Capacitação dos Servidores da UFG (PAC), cuja estrutura é baseada em uma carga horária de 60 horas que ocorrem em quatro módulos distribuídos ao longo dos dois primeiros anos do estágio probatório. Há obrigatoriedade de frequência mínima de 75% em cada módulo e do primeiro e segundo Módulos serem realizados nos dois primeiros semestres do estágio probatório. Os demais módulos ficam a critério dos docentes, desde que os cumpram ao final do segundo ano do estágio probatório. Dos módulos, constam:

- **Módulo 1 - Nossa UFG: Espaço Aberto para Você** (16h). No semestre de ingresso, o docente inicia sua formação com o primeiro módulo “Nossa UFG: espaço aberto para você”, que tem duração de 16 horas, distribuídas em 4 encontros. Esse módulo objetiva permitir que o docente conheça a instituição: seu projeto institucional, organização, estrutura e dinâmica de funcionamento; a política de ensino, pesquisa, extensão e cultura; o perfil dos estudantes que

estão na UFG; e os principais sistemas que utilizará nos diversos âmbitos de atuação profissional: Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA), Sistema de Cadastro de Atividade Docente (SICAD), Sistema de Acompanhamento de Pesquisas (SAP), Sistema de Informações de Extensão e Cultura (SIEC). Esse módulo é ofertado semestralmente.

- **Módulo 2 - Vivências Pedagógicas** (16h). Tem duração de 16 horas e pretende problematizar questões atinentes à prática docente: ser docente na universidade, relação professor-aluno, planejamento, metodologia de ensino e avaliação da aprendizagem. Esse módulo também é ofertado semestralmente.
- **Módulo 3 - Docência em Tempos Tecnológicos** (16h). Tem duração de 16 horas, com 12 horas na modalidade a distância e apenas o primeiro encontro presencial. Pretende-se discutir questões relativas ao uso de novas tecnologias de comunicação no trabalho docente e suas repercussões sobre a definição clássica de sala de aula: celular, jogos, redes sociais, moodle e SIGAA. Também pretende-se discutir a educação a distância como modalidade e sua utilização no ensino presencial. O módulo é estruturado a partir de parceria com os órgãos e laboratórios que trabalham com tecnologias e educação a distância, tais como o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (Ciar), o Centro de Recursos Computacionais (Cercomp) entre outros, e é ofertado semestralmente.
- **Módulo 4 - Tempo de Debate** (12h). Tem duração de 12 horas e pretende oferecer aos docentes uma maior inserção nas atividades formativas que a UFG realiza: congressos, seminários, palestras, apresentações artísticas e culturais. Esse módulo é de oferta livre, ou seja, todos os envolvidos no processo podem realizar propostas de atividades: a coordenação do Programa pode organizar e indicar atividades para compor o conjunto desse módulo; os docentes recém-ingressos podem propor atividades, que em consonância com sua atuação, contribuam na formação de todos. Para exemplificar, a coordenação do Programa recebeu uma proposta de formação sobre o Sistema Único de Saúde e outra sobre Gênero, Sexualidade e Educação, que estão incorporadas na proposta e poderão ser ofertadas aos novos professores da UFG. Neste módulo, aproveitando uma experiência já realizada na Universidade Federal do Ceará, pretende-se também organizar o

“Espaço das Experiências”, com sessões de homenagens aos nossos Mestres de Referências, ou seja, um professor escolhido pelos docentes ou pela coordenação do Programa que, por sua trajetória na docência no ensino superior, é considerado como um Mestre, e sua experiência pode contribuir para o aprendizado dos novos docentes em formação

6. UFSC

Em 2015, a Universidade Federal de Santa Catarina criou, por meio da Resolução Consuni n. 51/2016, o Programa de Formação Continuada (PROFOR), tendo como objetivo geral propiciar o aperfeiçoamento pedagógico continuado aos Docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo de caráter obrigatório para os professores em estágio probatório e facultativo aos demais docentes da instituição. Os objetivos do PROFOR são:

- Identificar as necessidades de capacitação dos docentes da UFSC;
- Levantar as necessidades da Instituição relacionadas à formação dos Docentes, por meio dos resultados da autoavaliação institucional da UFSC;
- Possibilitar, por meio das Atividades de Aperfeiçoamento, a ambientação e a integração dos Docentes Ingressantes na UFSC;
- Possibilitar o aprimoramento didático-pedagógico por meio de Atividades de Aperfeiçoamento;
- Estender as ações a todos os professores das Unidades de Ensino da UFSC;
- Capacitar os docentes em atividades de gestão universitária.

O PROFOR foi definido como facultativo aos docentes estáveis e obrigatório aos docentes em estágio probatório, sendo que estes devem totalizar 72 horas de participação em Atividades de Aperfeiçoamento nos 30 meses após o início do estágio probatório. As horas são distribuídas nas seguintes atividades:

- 40 horas de atividades exclusivamente ofertadas pelo PROFOR, compreendendo: formação Pedagógica (16h); Integração ao Ambiente Institucional (16h) e Legislação da Carreira do Magistério Federal (8h). Atividades de Aperfeiçoamento ofertadas pelo PROFOR: palestras, Consultoria, seminários, congressos, cursos presenciais, semipresenciais e a distância.

- 32 horas em cursos ofertados pela UFSC ou outras instituições de ensino relacionados à área de atuação do docente, a serem validados pela CAAP (Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico), com carga horária mínima de 4 horas.

A responsabilidade na elaboração e execução das atividades é atribuída às seguintes áreas: CAAP (Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico); Unidades de Ensino; Comissões Pedagógicas (quando houver).

Todos os ministrantes, tutores e elaboradores de material didático para o PROFOR podem ser beneficiados por: pagamento (preferencialmente por Gratificação por Encargo de Cursos e Concursos - GEEC); utilização da carga horária para efeitos de progressão funcional; carga horária registrada como extensão. Os ministrantes que precisam se deslocar têm as despesas pagas pelo PROFOR.

7. UFV

Em 2010, a Universidade Federal de Viçosa, cria, por meio da Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) n. 04/2010, o Programa de Formação Continuada de Professores (PFC) com o objetivo de promover, de forma permanente, o aprimoramento pedagógico do corpo docente da UFV. Para tal, desenvolve ações e metodologias de ensino-aprendizagem inovadoras, voltadas para a formação continuada de docentes da UFV. Entende-se por Metodologias inovadoras: metodologia ativa (problematização como estratégia de ensino-aprendizagem) e a construção de espaços interdisciplinares de discussão.

Sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino, por meio da Diretoria de Programas Especiais, adota três eixos de formação ao docente: política Institucional, Saberes da Docência e, Cultura e Formação Geral. Cada eixo descreve:

1. Eixo I: Políticas Institucionais. São discutidas questões referentes às demandas sociais e à tomada de decisão da dimensão política da prática educativa, por meio de temas que possibilitam a compreensão da estrutura e da organização da instituição, de suas diretrizes, objetivos e metas na área de ensino, pesquisa e extensão.

2. Eixo II: Saberes da Docência. São discutidas questões afetas ao conhecimento profissional docente, que emergem da inter-relação entre os saberes do conhecimento, os pedagógicos e os da experiência, aprofundados e questionados entre os pares.

3. Eixo III: Cultura e Formação Geral. Espaço das temáticas que ampliam a formação cultural e humanística do docente, contribuindo para a sua formação geral, no desenvolvimento do seu papel de mediador”

O PFC tem como público-alvo todo o corpo docente da UFV, promovendo atividades como: palestras, seminários, cursos, minicursos, oficinas, etc.

8. Características comuns aos programas estudados e conclusões

As atividades propostas nas diversas iniciativas de formação docente são diversificadas, porém, de modo geral ofertadas na forma de: oficinas, palestras, seminários, espaços de socialização de experiências. Chama a atenção, nas propostas que se baseiam em avaliações de atividades pontuais desenvolvidas anteriormente pela IES, o estabelecimento de eixos que contemplem: inserção institucional; o ensino na universidade e sua articulação com pesquisa e extensão; fundamentação pedagógica tendo as experiências desenvolvidas na IES como base (troca de experiências entre mais experientes e iniciantes); e formação cultural geral. Percebe-se que as atividades são articuladas e complementares, e apresentam organicidade. Via de regra, as atividades propostas são realizadas pelas Pró-Reitorias de Graduação das diferentes instituições e em, alguns casos, criam-se Núcleos voltados às propostas e execução dessas atividades.

A partir da análise de Programas e Políticas de Formação de Docentes Universitários realizadas por outras Instituições de Ensino Superior, a comissão concluiu os seguintes pontos:

- Há a necessidade de institucionalização da Política de Formação Continuada de Professores, garantindo assim sua continuidade e sua efetividade na IES;
- Deve-se dar preferência por ações de média e longa duração, em contraste às ações pontuais;

- O foco das ações deve se dar em didática do ensino superior e/ou formação pedagógica dos docentes e/ou construção de identidade profissional docente;
- As ações devem ser baseadas na prática docente real;
- Há a necessidade de atrelar as ações à progressão dos docentes da IES;
- Deve ocorrer uma ação paralela nas pós-graduações, entendidas como *lócus* de formação de futuros professores da IES. Como exemplos, essas ações podem ser: disciplinas de didática do ensino superior, estágios de docência, bolsas para docência etc.
- Há a necessidade de atrelar as ações de formação a pesquisas que retroalimentem estas ações;
- É necessário rever as formas e cultura de concursos para contratação de docentes, tendo em vista a mudança de uma cultura conteudista e enciclopédica e o aumento do foco na didática e participação de alunos no processo.

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O ENSINO DA UFSCAR: ANÁLISE DO RELATÓRIO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

O Relatório Final de Avaliação interna elaborado pela Comissão Própria de Avaliação da UFSCar no ano de 2017 traz a percepção dos estudantes a respeito das condições pedagógicas dos docentes da instituição em cinco principais itens: domínio do conteúdo, relacionamento com estudantes, procedimentos metodológicos empregados, assiduidade e pontualidade e sistema de avaliação. Os estudantes poderiam avaliar esses cinco itens como muito bom, bom, regular, insuficiente e muito insuficiente.

De forma geral, as condições pedagógicas dos docentes foram avaliadas como positivas em todos os *campi* da UFSCar, não havendo nenhum item analisado globalmente como insuficiente ou muito insuficiente. Entretanto, é possível perceber diferenças entre os escores encontrados em diferentes itens e *campi*.

O item “Domínio do conteúdo” apresentou maior aprovação entre os estudantes, sendo que 90% dos mesmos indicaram o item como bom ou muito bom e, destes, mais da metade indicaram como muito bom. Desta maneira, verificou-se que, na percepção dos estudantes, os docentes da UFSCar possuem excelente nível de conhecimento específico em sua área de atuação.

Patamares positivos também foram encontrados na avaliação do item “assiduidade e pontualidade” dos professores, com mais de 70% das respostas indicadas como bons ou muito bons em todos os *campi*.

Os menores índices de aprovação encontram-se nos itens associados ao “relacionamento com estudantes”, “procedimentos metodológicos empregados” e principalmente ao “sistema de avaliação”. Esses itens demonstram disparidades entre os *campi*, ficando Lagoa do Sino e Araras com a média das avaliações indicada como boa e São Carlos e Sorocaba mais próximo do regular.

Nessa perspectiva, os índices positivos avaliados pela Comissão Própria de Avaliação - CPA - demonstram, de modo geral, há satisfação dos alunos em relação aos professores, no que tange ao domínio do conteúdo específico, à assiduidade e à pontualidade. Em contrapartida, os resultados apresentados nos demais itens apontam na direção da necessidade de formação pedagógica e de aprimoramento das habilidades sociais educativas por parte dos professores da instituição.

A tabela e gráfico abaixo, retirados do Relatório Final de Avaliação Geral da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar, de 2017, ilustram as questões trazidas anteriormente:

Tabela 3 - Avaliação dos professores pelos alunos - retirado do Relatório Final de Avaliação Geral da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar – 2017, pg. 9.

Itens	Respostas										MD	N
	1		2		3		4		5			
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%		
A - Domínio do conteúdo	863	49.5	664	38.1	158	9.1	40	2.3	20	1.1	2	1745
B - Relacionamento com estudantes	297	17	610	35	540	30.9	207	11.9	91	5.2	2	1745
C - Procedimentos metodológicos empregados	213	12.2	572	32.8	582	33.4	268	15.4	110	6.3	3	1745
D - Assiduidade e pontualidade	497	28.5	774	44.4	357	20.5	81	4.6	36	2.1	2	1745
E - Sistema de avaliação	206	11.8	562	32.2	587	33.6	246	14.1	144	8.3	3	1745

Fonte: CPA 2017
Legenda: 1 - Muito bom; 2 - Bom; 3 - Regular; 4 - Insuficiente; 5 - Muito insuficiente; MD - Mediana; N - Respostas válidas.

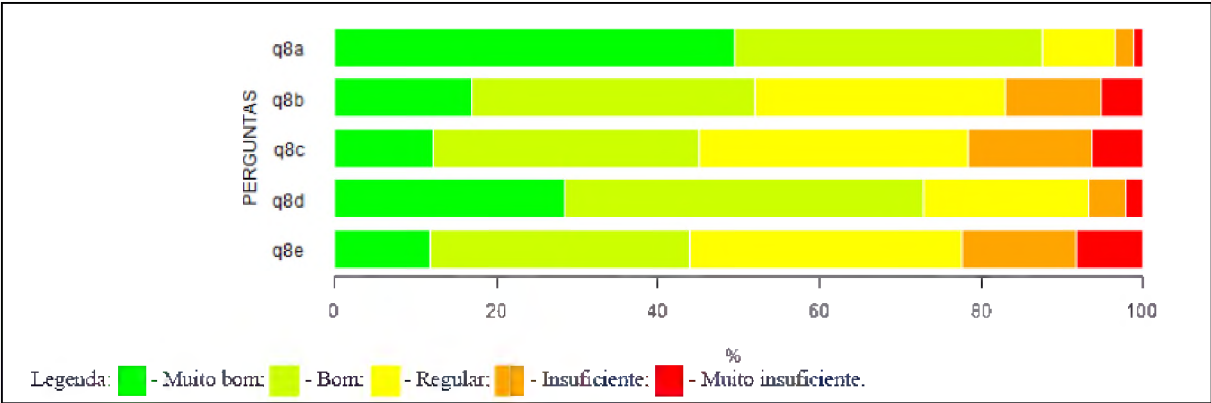


Gráfico 12 - Representação gráfica da Tabela 3 - retirado do Relatório Final de Avaliação Geral da Comissão Própria de Avaliação da UFSCar – 2017, pg. 9.

A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS AÇÕES FORMATIVAS DA UFSCAR: ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO

1. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO

Para o levantamento das percepções dos professores sobre as ações formativas da UFSCar, foi aplicado um questionário cujos tópicos foram definidos pela comissão considerando os seguintes objetivos: mapear o perfil do professor, levantar as percepções sobre formações já realizadas dentro e fora da UFSCar, e identificar as demandas/necessidades formativas desses professores. As questões podem ser consultadas no APÊNDICE 1.

O questionário foi elaborado no *software Lime Survey*, muito utilizado para pesquisas do tipo *survey*, com configuração para resposta anônima. Continha 20 questões, sendo 16 de múltipla escolha e 4 de resposta aberta. Cada professor recebeu o link de acesso ao questionário pelo e-mail cadastrado na instituição, com uma mensagem explicativa e acesso a um vídeo gravado pelo pró-reitor de graduação da UFSCar, Prof. Dr. Ademir Caldeira, e pelo Prof. Dr. Fernando Galizia, solicitando a colaboração dos professores para responderem ao questionário (ver APÊNDICE 2). Como login e senha de acesso, os professores utilizaram os mesmos dos sistemas da UFSCar. Ao finalizar o questionário, o próprio software comunica a finalização ao usuário pelo e-mail e CPF cadastrado. O período de disponibilização do questionário para respostas foi de 19 de abril a 06 de maio de 2018. Foi feita divulgação pelo Inforede da Coordenadoria de Comunicação Social da UFSCar.

2. RESULTADOS

O questionário foi enviado para todos os professores da UFSCar. Destes, 207 (16,56% do total de 1250 docentes da UFSCar) responderam integralmente e enviaram os seus dados. Vale informar que 53 professores visualizaram o questionário, mas não terminaram o preenchimento e suas respostas não estão sendo consideradas.

No gráfico 13 a seguir observa-se a distribuição dos respondentes por centro⁴:

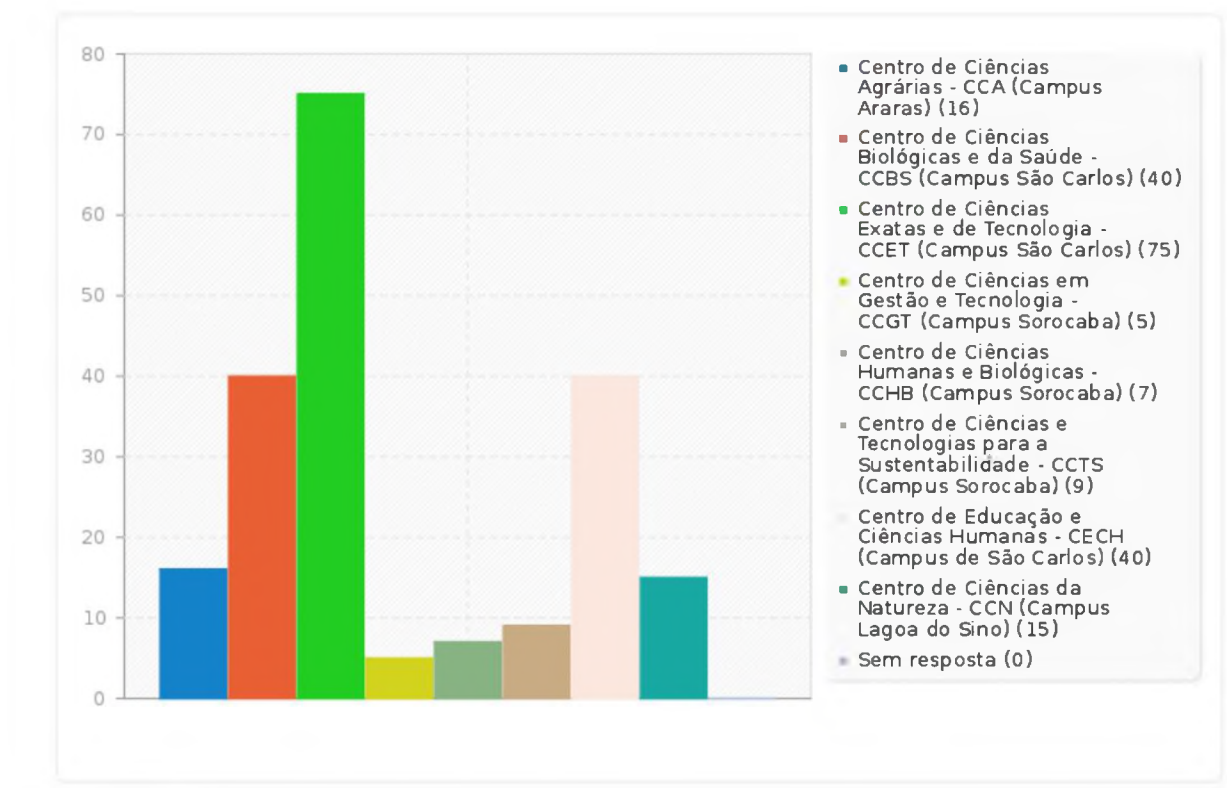


Gráfico 13 - Distribuição dos respondentes por Centro.

Observa-se neste gráfico que o maior percentual de respondentes é do CCET/São Carlos (75 respondentes, o que equivale a 36,23%), seguindo a tendência de ser este o centro com maior número de professores⁵. Vale destacar os departamentos que tiveram o maior número de respondentes, por *campus*, foram: em Araras, os departamentos de Ciências da Natureza, Matemática e Educação (DCNME) e Desenvolvimento Rural (DDR) tiveram 12 respondentes; em São Carlos, os departamentos de Medicina (DMed) Matemática (DM), Computação (DC), Artes e Comunicação (DAC) e Psicologia (DPsi), totalizaram 64 respondentes; em Lagoa do Sino, 15 professores responderam; em Sorocaba, o total de respondentes foi 20.

Em relação ao tempo de exercício na UFSCar dos respondentes, observa-se que 148 (71,5% do total de respondentes) têm no máximo 10 anos de

⁴ Para o total de docentes por centro, vide tabela 2.

⁵ Vide tabela 2 à página 28.

vinculação com a UFSCar, isto é, ingressaram em 2008. Já 96 respondentes (46,4% do total) ingressaram há menos de 5 anos, isto é, ingressaram de 2013 em diante.

Em relação ao tempo de docência no Ensino Superior, 30% do total de respondentes possuem menos de cinco anos de atuação no Ensino Superior, sendo que destes, 14 (6,8% do total de respondentes) indicaram apenas um ano de atuação no Ensino Superior. O que possuem entre seis a dez anos de atuação são 22,2% do total de respondentes, enquanto que entre onze e 20 anos são 30% do total de respondentes. Por fim, acima de 20 anos de atuação, encontram-se 18,8% do total de respondentes.

A atuação dos professores respondentes é preponderantemente em cursos de bacharelado (83,09%), praticamente o dobro dos respondentes que atuam nos cursos de licenciaturas (41,55%), como mostra o gráfico 14 a seguir:

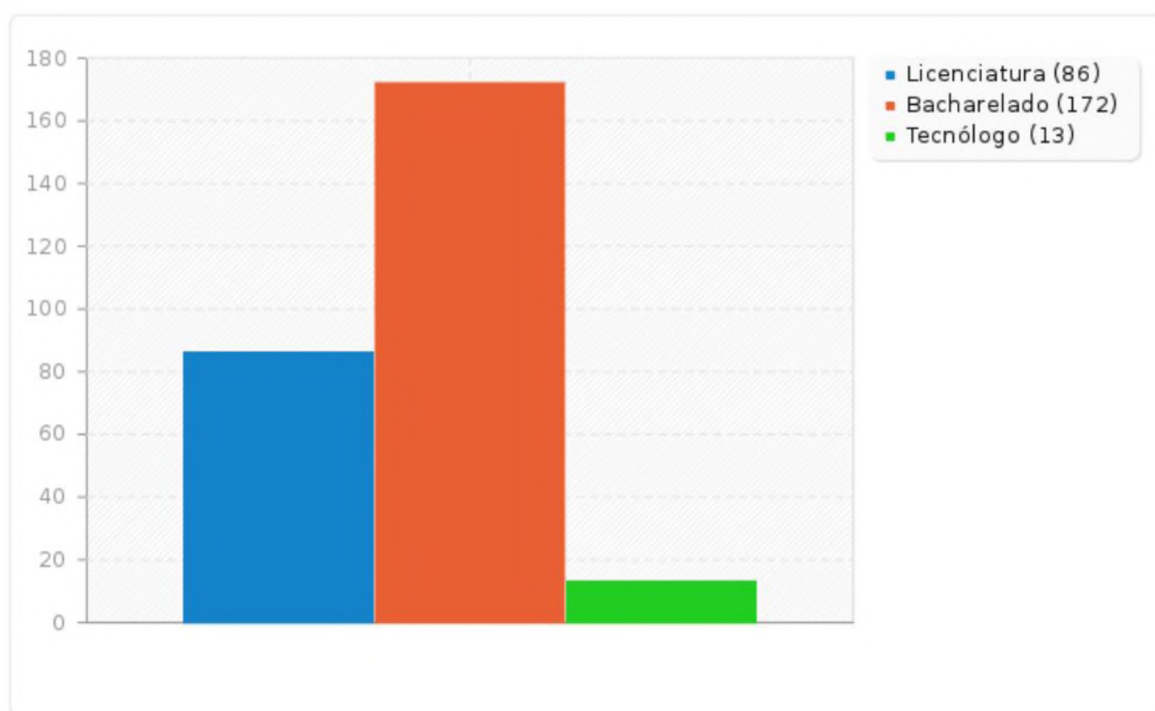


Gráfico 14 - Cursos de atuação dos respondentes.

A faixa etária dos respondentes variou de 18 a 70 anos, sendo que a faixa etária até 40 anos comportou 46,4% do total de respondentes. Na faixa de 41 a 50 anos encontram-se 32,4% do total de respondentes, enquanto que na faixa de 50

a 60 anos estão 14%. Acima de 60 anos encontram-se 7,2% do total de respondentes.

Na tabela 4 a seguir, encontram-se a distribuição por gênero dos respondentes. Observa-se que os respondentes do gênero masculino (53,6%) tiveram preponderância sobre os respondentes do gênero feminino (45,9%). Cerca de 0,5% declaram-se na categoria Outros.

Tabela 4 - Declaração de gênero dos respondentes.

Resposta	Contagem	Porcentagem
Feminino (A1)	95	45.89%
Masculino (A2)	111	53.62%
Outros	1	0.48%
Sem resposta	0	0.00%

ID	Resposta
----	----------

Em relação à titulação, a maioria dos respondentes (93,7%) possui título de doutor, enquanto que 10,6% possuem título de mestre, como mostra a figura 6 a seguir. Apenas 3,4% dos respondentes indicaram possuir a titulação de especialista.

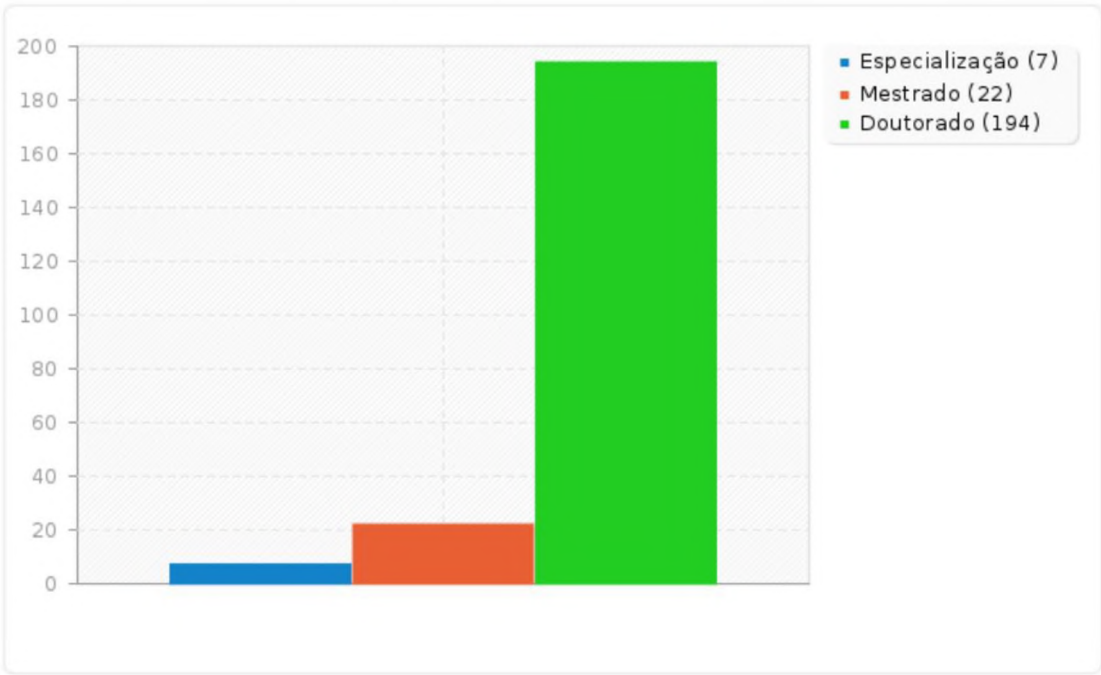


Gráfico 15 - Titulação dos respondentes.

A formação inicial de 77,8% do total de respondentes é o bacharelado. Apenas 36,2% tiveram a formação inicial em algum tipo de licenciatura, como mostra a tabela 5 a seguir:

Tabela 5 - Formação inicial dos respondentes.

Resposta	Contagem	Porcentagem
Licenciatura (SQ001)	75	36.23%
Bacharelado (SQ002)	161	77.78%
Outros	7	3.38%

A maioria dos respondentes (56,04%) indicou não ter participado de atividades formativas pedagógicas, oferecidas por outras instituições (fora da UFSCar), nos últimos 5 anos. No entanto, 43,96% do total de respondentes destacaram a participação em atividades diversificadas abarcando temas bastante variados, tais como: Ensino Superior, Metodologias Ativas de Ensino, Avaliação da Aprendizagem, LIBRAS, Educação Especial, TIC; EaD, Formação Docente, Formação Pedagógica, Sala de Aula Invertida, Didática, Desenvolvimento de Materiais Didáticos, Inovações Pedagógicas, Áreas diversas (Letras, Educação Musical, Genética, Bioquímica, Educação Médica, Biblioteconomia, Educação Matemática, Literatura), Processos Educacionais em Saúde, Ensino par Engenharias, Formação Inicial e Continuada para Educação Básica, Alfabetização, Relações Étnico-Raciais, Compromisso Social e Equidade Universitária, Ensino em Fisiologia, Mídia e ideologia e Semântica e Análise do Discurso.

Observamos que há temáticas mais gerais relacionadas ao ensino e metodologias, tais como: metodologias ativas; avaliação da aprendizagem; utilização de TIC; inovações pedagógicas; e sala de aula invertida. Há ainda outros que versam sobre temas relacionados aos conteúdos: Língua Portuguesa; linguística; Genética e Bioquímica. Constatou-se também temas referentes às políticas educacionais, como política nacional de formação para o magistério, por exemplo. No entanto, é necessário ressaltar que as cargas horárias destas formações não foram solicitadas aos respondentes.

Quando questionados a respeito da participação em atividades formativas pedagógicas, oferecidas pela UFSCar, nos últimos 5 anos e com duração

de até 40 horas, os respondentes destacaram alguns aspectos. As respostas apontaram o nome do curso ou atividade específica de um departamento, centro ou campus, assim como, atividades oferecidas de modo geral a toda comunidade docente UFSCar. Dentre as respostas, destaca-se: Oficinas de Metodologias Ativas e uso do Moodle docência em EaD; Cursos e Encontros sobre formação docente e Educação Especial; Discussões no próprio departamento; Atividades Formativas para professores ingressantes; Palestras sobre Estratégias Educacionais e Inovações Pedagógicas para o Ensino Superior.

Ainda referente ao detalhamento, os respondentes apresentaram informações sobre a contribuição destas atividades formativas para suas práticas pedagógicas, conforme a tabela 6 abaixo.

Tabela 6 - Contribuição das Formações Pedagógicas oferecidas pela UFSCar, com duração inferior a 40h, nos últimos 5 anos.

Os conteúdos apresentados nestas formações:		
Resposta	Contagem	Porcentagem
foram úteis, pude aplicá-los em minhas aulas e obtive resultados satisfatórios (A1)	62	29.95%
foram úteis, pude aplicá-los em minhas aulas, mas não obtive resultados satisfatórios (A2)	4	1.93%
foram úteis, mas não foram suficientes para aplicar em minhas aulas (A3)	21	10.14%
Não foram úteis (A4)	4	1.93%
Não se aplica (A5)	116	56.04%
Sem resposta	0	0.00%

Em relação às atividades formativas com mais de 40h, realizadas na UFSCar nos últimos 5 anos, os respondentes também indicaram sua participação, conforme aponta a tabela 7 abaixo.

Tabela 7 - Participação em Formações Pedagógicas oferecidas pela UFSCar, com duração superior a 40h, nos últimos 5 anos.

Participou de formações pedagógicas de longa duração, superior a 40 horas, oferecidas pela UFSCar nos últimos 5 anos?		
Resposta	Contagem	Porcentagem
Espaço de Desenvolvimento Docente - EDD (ProGrad) (SQ001)	17	8.21%
Módulos de Formação para docência em EaD (SEaD) (SQ002)	19	9.18%
ACIEPE "Ações Afirmativas, Diversidades e Equidade" (SAADE) (SQ003)	1	0.49%
Não participei de formações pedagógicas de longa duração nos últimos 5 anos (SQ004)	172	83.09%

Percebe-se que a maioria dos respondentes (83,09%) não participaram de atividades desta natureza. Dentre os que participaram, as contribuições dessas ações foram avaliadas de acordo com a tabela 8 abaixo.

Tabela 8 - Contribuição das Formações Pedagógicas oferecidas pela UFSCar, com duração superior a 40h, nos últimos 5 anos.

Os conteúdos apresentados nestas formações:		
Resposta	Contagem	Porcentagem
foram úteis, pude aplicá-los em minhas aulas e obtive resultados satisfatórios (A1)	25	12.08%
foram úteis, pude aplicá-los em minhas aulas, mas não obtive resultados satisfatórios (A2)	1	0.48%
foram úteis, mas não foram suficientes para aplicar em minhas aulas (A3)	6	2.90%
Não foram úteis (A4)	4	1.93%
Não se aplica (A5)	171	82.61%
Sem resposta	0	0.00%

Por fim, para compor este item, questionou-se os motivos da não participação em atividades formativas nos últimos 5 anos. Os dados da tabela 9 abaixo apontam que, para cerca de 50% dos participantes, foi o excesso de atividades, seguido de incompatibilidade de horários (34%). O terceiro maior motivo apontado foi não ter sido notificado do calendário da oferta das atividades (15%).

Tabela 9 - Motivos da não participação em Formações Pedagógicas nos últimos 5 anos.

Poderia indicar os motivos pelos quais você não participou de formações pedagógicas nos últimos 5 anos?		
Resposta	Contagem	Porcentagem
não me interessei pelas temáticas oferecidas (SQ001)	21	10.14%
não fui informado(a) do calendário de formações (SQ002)	32	15.46%
excesso de atividades acadêmicas e/ou administrativas (SQ003)	103	49.78%
incompatibilidade dos horários das formações com minhas atividades docentes (SQ004)	72	34.78%
as temáticas oferecidas não contemplavam minhas necessidades (SQ005)	21	10.14%
outros (SQ006)	23	11.11%
Não se aplica (SQ007)	40	19.32%

Alguns respondentes indicaram temas de interesse para atividades formativas. Estas indicações podem ser agrupadas da seguinte forma, por ordem decrescente de frequência:

- Metodologias ativas, novas metodologias, metodologias alternativas e didática do ensino superior;

- Inclusão: alunos com necessidades especiais, deficiências; Libras; indígenas e estrangeiros;
- Avaliação;
- TIC; EAD.

Houve a apresentação de algumas sugestões para a condução de processos formativos voltados para os professores. Estas sugestões abarcam: ênfase nos aspectos práticos do ensino; teorias sobre aprendizagem de adultos; caráter compulsório das propostas formativas e a relevância de outras ações de apoio como, por exemplo, a valorização da participação em ações formativas no plano de carreira do docente da UFSCar. Seguem alguns exemplos:

“No caso específico do *campus* Lagoa do Sino, temos um projeto pedagógico diferenciado que traz diversos desafios para sua aplicação eficaz. dessa forma, poderia ser bastante útil, a meu ver, abordar este tema e propostas de soluções para os problemas identificados pelos professores e pela pedagoga do *campus*”.

“TEORIA de educação em ensino superior. Mas teoria mesmo e específica de ensino de adultos em cursos superiores.”

“Menos teoria e mais prática.”

“(…) deveria ser dado um curso obrigatório a estes membros; algum curso que incluísse a análise *in loco* das condições educacionais em escolas da região... Em suma, cursos que apontassem condições e práticas para um público de professores que possuem pouca disponibilidade em mudar sua forma de abordar o conteúdo. Uma oficina que reforçasse o porquê de sua atuação.”

“(…) para que o investimento em formação pedagógica efetivamente surta efeitos práticos se faz necessário pensar o sistema como um todo - formação dos professores; sistemas/ações de apoio à implementação da mudança pelos professores; e valorização no plano de carreira da adoção desse tipo de inovação.”

“A política que tenho visto em alguns cursos ainda é a de reprovar alunos. sempre é culpa dos alunos. Talvez uma orientação no sentido de rever a prática docente diante de tantas reprovações seria interessante”.

Alguns respondentes aproveitaram o levantamento de temas de interesse para a oferta de futuros processos formativos e teceram algumas críticas às iniciativas anteriores, a situações ou aspectos mais específicos relacionados. São destacados: as orientações teóricas adotadas nas iniciativas formativas; poucos conhecimentos sobre aspectos teóricos relacionados ao processo de ensino e

aprendizagem; e a ausência de apoio e participação das diversas instâncias da Universidade. Abaixo estão alguns exemplos:

“Quase tudo o que vi nos seminários de graduação parecia (quando não era explícito) ter sido fundamentado em teoria de ensino para crianças ou tratava-se de relato de experiência, quase sempre sem avaliação de resultado minimamente confiável.”

“Creio que existem diversos aspectos que delegam para segundo plano o desenvolvimento pedagógico no departamento: não há participação ativa de nenhuma coordenadoria de seus cursos; os conselhos de curso, suas reuniões e seus membros não são conhecidos e divulgados de forma aberta para a comunidade.”

“Acho que precisa ser discutido o sistema todo desde a formação (cursos) até sua implementação e que mudanças na estrutura da universidade sejam implementadas para que se viabilize a operacionalização das novas formas pedagógicas. Por exemplo: fiz um curso de Team Based learning (TBL) aqui na UFSCar e adorei a metodologia. Imediatamente tentei implementar na minha disciplina. No entanto, tive um conjunto de dificuldades: a mudança demandou uma carga de trabalho muito grande e não tive apoio ou ajuda qualquer, nem disponibilidade de monitor. Ademais, esse esforço a mais que tive não será recompensado em minha carreira que valoriza muito mais o tempo investido na publicação de *papers*. Posteriormente, no segundo ano de aplicação tentei implementar o TBL pelo AVA, visando otimizar o meu tempo. Novamente uma barreira, fui informada pela SEAD que esse tipo de metodologia é muito complexa para ser implementada no AVA.”

“[É necessário o] Ensino das ciências humanas para cursos das ciências exatas e engenharias: o que é fundamental para a formação de um matemático, físico, químico, engenheiro...[É necessário no] Ensino de matemática, física e química para cursos de engenharia: utilização de estudos de caso e uma disciplina extra de aplicação de ferramentas.”

As informações levantadas pelo questionário, junto às outras ações realizadas pela comissão, serviram de base para a criação das diretrizes para política institucional de formação continuada de docentes da universidade, como se verá no item a seguir.

DIRETRIZES PARA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar

Este item do relatório traz as Diretrizes para Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar. Trata-se de ações e objetivos que a comissão recomenda que sejam levados em consideração pelas diversas instâncias da universidade na construção e execução das políticas de formação continuada de docentes.

É necessário ressaltar que as conclusões a que a comissão chegou e que aqui estão sintetizadas nessas diretrizes são fruto de todas as ações e reflexões realizadas pelo grupo, a partir do exposto neste relatório. Desta forma, entendemos que a leitura de todo o documento possibilita o embasamento e histórico das recomendações que ora exprimimos e, nesse sentido, optamos por não trazer estas diretrizes como um documento em separado, mas sim como parte integrante do relatório final desta comissão.

Por fim, com a realização deste item, acredita-se que alcançamos o objetivos de propor as Diretrizes para uma Política de Formação Continuada, estabelecendo princípios e atividades voltadas ao desenvolvimento docente que expressem as reais necessidades dos professores dos cursos de graduação.

1. PÚBLICO ALVO

As Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar visam atender aos docentes dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, incluindo aí os docentes que se encontram em diferentes fases da carreira, inclusive os ingressantes e em período de estágio probatório. Também estão incluídos os professores substitutos e os docentes que desenvolvem atividades de gestão acadêmica, como os coordenadores de cursos, chefes de departamento, coordenadores de estágio etc.

2. OBJETIVOS GERAIS

1. Promover a confluência de saberes na formação docente sobre as diversas instâncias da universidade de modo que construam e aperfeiçoem o diálogo.
2. Instituir e promover ações em que o docente da UFSCar receba uma formação condizente com as diretrizes do PDI da instituição e as diversas políticas institucionais.
3. Promover a formação para a diversidade de funções a serem desempenhadas pelo docente na instituição.
4. Estimular, por meio de estratégias múltiplas, a participação expressiva dos docentes nos espaços formativos, enfatizando o aspecto pedagógico nas práticas sócio-educativas no ensino superior.
5. Promover e apoiar espaços de formação docente que abarquem as demandas emergentes representadas pelo dinâmico perfil estudantil e de servidores.
6. Propiciar as condições para que o docente da UFSCar desenvolva, a partir das disposições nacionais, conhecimentos relacionados: aos processos de ensino e de aprendizagem e de responsabilidade social e das temáticas Étnico Raciais, de Classe, Acessibilidade, Gênero e Sexualidade.
7. Avaliar de forma contínua e participativa os resultados da prática docente.

3. ESPAÇOS FORMATIVOS: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

As ações institucionais de formação continuada de docentes da UFSCar deverão ser estruturadas em três Programas, contemplando iniciativas de formação de acordo com grupos e temas específicos, com preferência por ações de média e longa duração, em contraste às ações pontuais. Estas ações deverão considerar:

1. Programa para docentes ingressantes. Este programa deverá abordar: o Plano de Desenvolvimento Institucional; a organização, estrutura e dinâmica de

funcionamento da instituição; os ideais políticos da instituição para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e cultura; o perfil dos estudantes que estão na UFSCar; os sistemas que o docente utilizará nos diversos âmbitos de atuação profissional (SIGA, ProexWeb etc.). Visando ainda colaborar com o processo de adaptação dos novos docentes às condições institucionais da UFSCar, este programa deve prever ações de tutoria dos docentes ingressantes por docentes mais experientes na instituição, com conhecimento mais amplo da cultura e história institucional. Estes tutores deverão assessorar os ingressantes em seu trabalho acadêmico durante seu primeiro semestre na universidade após formação e definição para essa iniciativa.

2. Programa para melhoria contínua das práticas sócio-educativas. Este programa deverá abordar questões atinentes às práticas docentes: ser docente na universidade, profissionalização docente, relacionamento interpessoal entre professor e aluno, planejamento de aulas, metodologia de ensino e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem. As ações deste programa devem ter como foco: a didática do ensino superior; a formação pedagógica dos docentes; a construção de identidade profissional docente, tendo em vista a disciplina trabalhada, o grupo de alunos, as características diversas do curso, dentre outros fatores. Estas ações devem estar pautadas nas experiências docentes dos professores, prévias e atuais.

3. Programa de Avaliação da Graduação. Este programa tem como objetivo angariar dados para melhoria dos programas de formação docente citados acima, bem como orientar ações de melhoria da formação discente, dos projetos políticos de curso, das disciplinas, dentre outras ações existentes na universidade. Para tal, deverá obter dados junto à comunidade discente e docente sobre os cursos e disciplinas de graduação da UFSCar. Os participantes serão alunos e professores, que deverão realizar as seguintes ações: autoavaliação; avaliação do curso; avaliação de disciplinas. Os resultados dessa avaliação devem ser apresentados semestralmente e devem garantir o anonimato dos respondentes e a não identificação dos atores envolvidos. A Prograd deve criar um sistema informatizado para que alunos e professores avaliem a docência na graduação e as condições em que ocorre.

4. OUTRAS AÇÕES NECESSÁRIAS

Além das ações desenvolvidas no âmbito dos programas acima mencionados, outras ações são necessárias por parte de órgãos diversos da UFSCar. Em primeiro lugar, é imprescindível atrelar as ações desenvolvidas pelos programas à progressão, promoção e esforço docentes. Esta necessidade surgiu nas respostas do questionário aplicado aos docentes pela comissão, que também a identificou no PDI da UFSCar, como já ressaltado na apresentação deste relatório. Isso significa aferir e pontuar a progressão, promoção e esforço docentes por meio da participação em atividades de formação docente, considerando a quantidade de atividades que cada docente participou e a sua duração.

Esta ação, portanto, caracteriza-se como demanda para a Comissão de Esforço Docente da Prograd, que teria que contabilizar nas ações de Ensino, além dos eixos já existentes (planejamento, execução e avaliação), as ações de formação/capacitação continuadas. Assim, uma porcentagem do cálculo de esforço da atividade de Ensino do departamento viria da participação dos docentes nos três programas anteriormente mencionados ou outras atividades de formação docente.

Além disso, é necessário que na Resolução que define a Progressão e Promoção Funcional do corpo docente da UFSCar seja considerada e pontuada a participação dos professores nos programas acima ou outras atividades formativas. Da mesma maneira, a avaliação de Estágio Probatório deve considerar e pontuar essa participação. Esta ação caracteriza-se como demanda para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (ProGPe).

Além das atividades de ensino, as ações de publicação de artigos, capítulos e livros que normalmente são pontuadas para efeito de progressão, promoção e esforço docentes pela ProGPe devem ainda valorizar aqueles que publicam textos voltados para o ensino na graduação.

É necessário também ações paralelas nas pós-graduações, entendidas como locus de formação de futuros professores da IES, para que se alcance a efetivação das Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes aqui

propostas. Como exemplos destas ações, destaca-se: disciplinas de didática do ensino superior em todos os programas de pós-graduação da UFSCar; estágios de docência para doutorandos; ampliação da participação nas atividades do PESCD para alunos não bolsistas; outros tipos de bolsas para docência, dentre outras possibilidades. Estas ações devem ficar a cargo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (ProPG) em conjunto com a Prograd.

Há ainda a necessidade de fomentar pesquisas que retroalimentem as ações de formação propostas aqui. Essas pesquisas devem ser contínuas e devem ser feitas com alunos e docentes da UFSCar, participantes ou não dos programas de formação continuada propostos neste documento.

Esta Comissão de Trabalho também considerou necessário, a partir das atividades realizadas, que o processo seletivo para contratação de docentes, amplie o foco da dimensão didática do fazer docente e propicie a participação de alunos no processo de seleção. Esta ação pode se amparar em modelos já existentes na instituição. Esta ação deve ficar a cargo da ProGPe.

5. ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

ProGrad: (i) criar e institucionalizar os três programas de formação continuada de docentes; (ii) incluir as ações desenvolvidas pelos programas de formação continuada ao cálculo de esforço docente dos departamentos; (iii) criar, em conjunto com a ProPG, ações paralelas nas pós-graduações; (iv) fomentar pesquisas que retroalimentem as ações de formação continuada; (v) criar um sistema informatizado para que alunos e professores avaliem a docência na graduação e as condições em que ocorre; (vi) estimular e fomentar a institucionalização desta Política de formação continuada de professores nos 4 *campi* da UFSCar.

ProGPe: (i) incluir na Resolução que define a Progressão e Promoção Funcional do corpo docente da UFSCar a participação dos docentes nas ações de formação continuada e a publicação de artigos, capítulos e livros voltados para o ensino na graduação; (ii) incluir na avaliação de Estágio Probatório dos docentes a

participação nas ações de formação continuada; **(iii)** rever as formas de concursos para contratação de docentes, aumentando seu foco na dimensão didática do fazer docente e propiciando a participação de alunos no processo de seleção.

ProPG: **(i)** Criar, em conjunto com a ProGrad, ações paralelas nas pós-graduações, tais como disciplinas de didática do ensino superior em todos os programas de pós-graduação da UFSCar; estágios de docência para doutorandos; bolsas para docência, dentre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 10/11/2017.

_____. **Lei n. 13.409**, de 28 de Dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13409-28-dezembro-2016-784149-publicacaooriginal-151756-pl.html>>. Acesso em: 16/03/2018.

CUNHA, Maria Isabel da. O lugar da formação do professor universitário: A condição profissional em questão. In: CUNHA, Maria Isabel (org.). **Reflexões e Práticas em Pedagogia Universitária**. Campinas/SP: Papirus, 2007.

CUNHA, Maria Isabel da; ZANCHET, Beatriz Maria Boéssio Atrib. A problemática dos professores iniciantes: tendência e prática investigativa no espaço universitário. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 189-197, set./dez. 2010

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2005, 2 ed.

UFG. **Resolução CONSUNI N. 32/2013**, de 27 de setembro de 2013. Dispõe sobre normas para avaliação de pessoal docente em relação ao estágio probatório, à progressão funcional e à promoção na Carreira do Magistério Superior, e revoga as disposições em contrário. Disponível em: <https://cavi.prodirh.ufg.br/up/65/o/Resolucao_CONSUNI_2013_0032.pdf>. Acesso em: 08/08/2018.

UFSCar. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**, de 22 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.pdi.ufscar.br>>. Acesso em: 08/08/2018.

ZABALZA, Miguel Angel. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.



Email de sugestões do Curso de Geografia para o Relatório

Boa Tarde Elaine,

Segue abaixo as sugestões do Curso de Geografia.

Att

Simone M. Confella Aguiaro
Secretária do Conselho de Graduação - CoG
Secretaria Executiva da Pro-Reitoria de Graduação
Universidade Federal de São Carlos-SP
Fone: (16) 3351-9476

----- Mensagem original -----

Assunto: Re: Sugestões - Curso de Geografia - Relatório Final Comissão Formação Docente
Data: 2018-11-13 18:51
De: Geografia <geografia.ufscar@gmail.com>
Para: CoG <cog@ufscar.br>

Boa noite!

Seguem as sugestões que se apresentaram na 88ª Reunião Ordinária do Conselho do Curso de Licenciatura em Geografia, realizada no dia 07 de Novembro de 2018:

- Período dos cursos de formação: uma semana antes do início do período letivo, a fim de permitir maior participação dos docentes;
- Maior clareza no relatório;
- Considerar a visão dos discentes sobre o perfil desejado dos professores no processo de elaboração dos cursos;
- Considerar as especificidades das modalidades dos cursos, no caso da Geografia, Licenciatura;

Atenciosamente,

PROFA. DRA. EDELCI NUNES DA SILVA

Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia

PROF. DR. MARCIO FERNANDO GOMES
Vice-Coordenador do Curso de Licenciatura em Geografia

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
_Campus _Sorocaba



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA
Via Washington Luiz, km 235 - Caixa Postal 676
Fone: (16) 3351-8068 - Fax: (16) 3351-8350
CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil
e-mail: venancio@ufscar.br



São Carlos, 08 de novembro de 2018

À Pro-Reitoria de Graduação
Universidade Federal de São Carlos

Ref: Parecer e contribuições ao Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar

Este é um parecer conjunto das Coordenações dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química, bem como da Chefia do Departamento de Química. Após o compartilhamento do documento apresentado e a análise pelos nossos colegas, iniciamos nossa contribuição parabenizando a Pró-Reitoria de Graduação pela iniciativa na elaboração de políticas institucionais de formação docente continuada. Parabenizamos, ainda, a comissão formada pelo extenso, importante e competente trabalho na construção deste documento. O relatório apresentado pela comissão traça um mapa bastante detalhado das muitas atividades que compõem o Programa Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, que teve início mais consistente a partir de 2009. O relatório demonstra que nossa instituição está preocupada com o tema, e vem aumentando consistentemente o número de atividades. Demonstra, ainda, que estas atividades estão alinhadas com aquelas também desenvolvidas em outras instituições públicas estaduais e federais.

Os números apresentados no relatório demonstram que ainda é pequeno o número de docentes que participam das atividades oferecidas pelas várias unidades da UFSCar, mesmo para aqueles casos em que o docente ocupa cargos de coordenação de curso e chefia de departamento. Os poucos docentes que participam destas atividades, de maneira geral, estão mais preocupados com aspectos metodológicos e didáticos do processo de ensino-aprendizagem. Já a avaliação dos cursos e dos docentes pelos discentes revela, de maneira geral, que: os docentes da UFSCar demonstram bastante conhecimento sobre os temas que ministram, utilizam de metodologias de ensino

satisfatórias, além de apresentarem boa assiduidade. No entanto, a avaliação discente mostra que as relações interpessoais aluno-docente devem ser melhoradas.

As atividades propostas pela SAADE, principalmente nos últimos anos, vem contemplando a preocupação da UFSCar com os problemas de relações interpessoais aluno-docente; no entanto a adesão dos docentes a essas atividades nos parece ainda tímida. Acreditamos que ações mais assertivas e frequentes nessa direção devem ser tomadas, dada a rápida mudança no perfil socioeconômico que comunidade discente vem sofrendo nos últimos anos. Deve-se enfatizar que a mudança no perfil socioeconômico dos discentes tem chegado acompanhada de um número muito expressivo de problemas de saúde mental, que em grande parte, se originam, ou pioram, após o ingresso do estudante na universidade.

Um outro aspecto, devidamente mencionado no relatório da comissão, mostra que o maior incentivo para a participação de docentes nas atividades de formação docente é dirigido aqueles que se encontram em estágio probatório. Entendemos, e concordamos, que é importante que atividades sejam principalmente dirigidas a essa classe específica de docente, uma vez que estes docentes estão no início de suas carreiras e devem ser assessorados mais de perto pela instituição. Porém, se o Programa de Formação Docente deseja realmente ser de caráter contínuo acreditamos que todos os docentes, em qualquer estágio da carreira, devem ser motivados a participar das atividades promovidas com o referido tema, dada a dinamicidade do processo ensino-aprendizagem. Dada a diversidade de formação do quadro docente da universidade, nas mais diversas áreas do conhecimento, acreditamos ainda, que essas atividades devem ser organizadas de acordo com a área, para que haja um estímulo ainda maior para a participação efetiva dos docentes, uma vez que, se as discussões permanecerem num patamar muito teórico e geral podem inibir a participação.

Os dados numéricos, bem como as pesquisas realizadas com docentes e discentes, mostram claramente que a necessidade da formação docente continuada é cada vez mais importante. É notória a rapidez das mudanças do perfil socioeconômico dos estudantes, e que há uma tendência, nos próximos anos, no aumento de problemas relacionados à saúde mental, bem como a formação deficitária dos estudantes nos ensinos básico e médio. Neste cenário, é urgente que se faça um trabalho mais consistente com a comunidade docente, incentivando e apoiando atividades que melhorem sua formação como docente, para que esta comunidade esteja preparada para os desafios vindouros.



Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para contribuições adicionais.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Tiago Venâncio
Coordenador do curso de Licenciatura em Química

Prof. Dr. Ricardo Samuel Schwab
Coordenador do curso de Bacharelado em Química

Prof. Dr. Ernesto Chaves Pereira de Souza
Chefe do Departamento de Química



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE QUÍMICA

Via Washington Luiz, km 235 - Caixa Postal 676
Fone: (16) 3351-8068 - Fax: (16) 3351-8350
CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil
e-mail: venancio@ufscar.br



São Carlos, 08 de novembro de 2018

À Pro-Reitoria de Graduação
Universidade Federal de São Carlos

Ref: Parecer e contribuições ao Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar

Após o compartilhamento do documento apresentado e a análise pelos nossos colegiados do curso de Licenciatura em Química, iniciamos nossa contribuição parabenizando a Pró-Reitoria de Graduação pela iniciativa na elaboração de políticas institucionais de formação docente continuada. Parabenizamos, ainda, a comissão formada pelo extenso, importante e competente trabalho na construção deste documento. O relatório apresentado pela comissão traça um mapa bastante detalhado das muitas atividades que compõem o Programa Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, que teve início mais consistente a partir de 2009. O relatório demonstra que nossa instituição está preocupada com o tema, e vem aumentando consistentemente o número de atividades. Demonstra, ainda, que estas atividades estão alinhadas com aquelas também desenvolvidas em outras instituições públicas estaduais e federais.

Os números apresentados no relatório demonstram que ainda é pequeno o número de docentes que participam das atividades oferecidas pelas várias unidades da UFSCar, mesmo para aqueles casos em que o docente ocupa cargos de coordenação de curso e chefia de departamento. Os poucos docentes que participam destas atividades, de maneira geral, estão mais preocupados com aspectos metodológicos e didáticos do processo de ensino-aprendizagem. Já a avaliação dos cursos e dos docentes pelos discentes revela, de maneira geral, que: os docentes da UFSCar demonstram bastante conhecimento sobre os temas que ministram, utilizam de metodologias de ensino satisfatórias, além de apresentarem boa assiduidade. No entanto, a avaliação discente mostra que as relações interpessoais aluno-docente devem ser melhoradas.

As atividades propostas pela SAADE, principalmente nos últimos anos, vem contemplando a preocupação da UFSCar com os problemas de relações interpessoais aluno-docente; no entanto a adesão dos docentes a essas atividades nos parece ainda tímida. Acreditamos que ações mais assertivas e frequentes nessa direção devem ser tomadas, dada a rápida mudança no perfil socioeconômico que comunidade discente vem sofrendo nos últimos anos. Deve-se enfatizar que a mudança no perfil socioeconômico dos discentes tem chegado acompanhada de um número muito expressivo de problemas de saúde mental, que em grande parte, se originam, ou pioram, após o ingresso do estudante na universidade.

Um outro aspecto, devidamente mencionado no relatório da comissão, mostra que o maior incentivo para a participação de docentes nas atividades de formação docente é dirigido aqueles que se encontram em estágio probatório. Entendemos, e concordamos, que é importante que atividades sejam principalmente dirigidas a essa classe específica de docente, uma vez que estes docentes estão no início de suas carreiras e devem ser assessorados mais de perto pela instituição. Porém, se o Programa de Formação Docente deseja realmente ser de caráter contínuo acreditamos que todos os docentes, em qualquer estágio da carreira, devem ser motivados a participar das atividades promovidas com o referido tema, dada a dinamicidade do processo ensino-aprendizagem. Dada a diversidade de formação do quadro docente da universidade, nas mais diversas áreas do conhecimento, acreditamos ainda, que essas atividades devem ser organizadas de acordo com a área, para que haja um estímulo ainda maior para a participação efetiva dos docentes, uma vez que, se as discussões permanecerem num patamar muito teórico e geral podem inibir a participação.

Os dados numéricos, bem como as pesquisas realizadas com docentes e discentes, mostram claramente que a necessidade da formação docente continuada é cada vez mais importante. É notória a rapidez das mudanças do perfil socioeconômico dos estudantes, e que há uma tendência, nos próximos anos, no aumento de problemas relacionados à saúde mental, bem como a formação deficitária dos estudantes nos ensinamentos básico e médio. Neste cenário, é urgente que se faça um trabalho mais consistente com a comunidade docente, incentivando e apoiando atividades que melhorem sua formação como docente, para que esta comunidade esteja preparada para os desafios vindouros.

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para contribuições adicionais.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Tiago Venâncio

Coordenador do curso de Licenciatura em Química



À Pro-Reitoria de Graduação

Prof. Dr. Ademir Donizeti Caldeira

Parecer conjunto do Conselho do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) e do Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do *Campus* Sorocaba sobre o **Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar**.

O Conselho do Departamento de Ciências Humanas e Educação – DCHE e o Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, *Campus* Sorocaba, em reunião realizada em novembro de 2018, analisaram em conjunto o documento intitulado **Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar** e elaboraram o presente parecer que, após uma introdução na qual sintetiza o contexto de produção do referido relatório e seu conteúdo, apresenta um conjunto de ponderações e recomendações aprovadas por unanimidade pelos conselheiros.

O referido **Relatório de Atividades da Comissão para Elaboração de Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar** é resultado de trabalho realizado por uma Comissão instituída no âmbito da Pro-Reitoria de Graduação durante o período de agosto de 2017 a outubro de 2018.

A Comissão responsável pelos trabalhos e redação desse relatório contou com a participação de representantes da ProGrad, CCA/Campus Araras, CCN/Campus Lagoa do Sino, CCBS/ Campus São Carlos, CCET/Campus São Carlos, CECH/Campus São Carlos, CCTS/Campus Sorocaba, CCHB/Campus Sorocaba, SAADE, SEaDE. Para realização do trabalho essa comissão subdividiu-se em três subgrupos com o intuito claro de pautar os trabalhos num amplo diagnóstico. Os subgrupos foram:

1. Responsável pelo diagnóstico interno das atividades formativas destinadas aos docentes realizadas pela UFSCar nos últimos cinco anos;
2. Responsável pelo diagnóstico externo à UFSCar, identificando e analisando políticas/programas de formação continuada de docentes desenvolvidas em outras instituições de ensino superior brasileiras;

3. Responsável pela análise da percepção dos docentes da UFSCar sobre as ações de formação realizadas pela UFSCar.

O documento ora em análise está estruturado em 08 itens, a saber: Apresentação; Justificativa; Ações de formação docente já realizadas na UFSCar; Os programas/políticas de formação docente de outras instituições de ensino superior; A percepção dos estudantes sobre o ensino da UFSCar: análise do relatório da comissão própria de avaliação; A percepção dos professores sobre as ações formativas da UFSCar: análise do questionário aplicado; Diretrizes para política institucional de formação continuada de docentes da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar; Referências.

Introdutoriamente nas duas primeiras partes – Apresentação e Justificativa -, o relatório insere a preocupação com a formação continuada de docentes da UFSCar no contexto externo de ampliação das universidades federais e, internamente, na valorização da diversidade social e étnico-racial, contexto este do qual emergiram ações pontuais de caráter formativo em estreita articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) tendo como público-alvo os docentes da instituição. Ressalta-se, ainda, estudos desenvolvidos na área da Educação acerca da temática da docência no ensino superior por meio dos quais se apresenta o quadro em que esses profissionais são formados, segundo a LDBN (Lei n. 9394/96), no âmbito dos programas de pós-graduação em que, via de regra, há pouca formação específica para a docência que justifica a necessidade de um Programa Institucional de Formação Continuada de Docentes.

As próximas quatro partes do referido relatório contemplam as análises desenvolvidas diante dos dados levantados pelos subgrupos de trabalho e evidenciam:

- a) Há um histórico de ações pontuais por parte da UFSCar em promover atividades de caráter formativo considerando o período de 2012 a 2017. Os dados coletados referem-se: aos tipos de atividades ofertadas, quantidade, temáticas, setores ofertantes, quantidade de participantes, distribuição por *campi* da participação dos docentes. Os dados demonstram: aumento gradativo da oferta de atividades formativas destinadas aos docentes; há uma diversidade temática na oferta das atividades, mas não se evidencia quais os critérios de escolha dessas temáticas; há uma baixa participação dos docentes da UFSCar nas atividades oferecidas se comparado ao número total de docentes da instituição cuja hipótese levantada no relatório é de que os docentes talvez não reconheçam essas atividades como lugares de sua própria formação;

- b) Os dados relativos às sete instituições de ensino superior analisadas – três estaduais paulistas e quatro federais – demonstram que há uma ação crescente na instituição de uma política institucional de formação continuada de docentes no âmbito do ensino superior impulsionada, provavelmente, pela avaliação externa dos cursos por meio do ENADE, além de se constituir em objeto de estudos crescente em pesquisas na área da Educação. O grau de institucionalização de uma política dessa natureza é variado de acordo com os dados apresentados indo desde a restrição, em algumas, em ações pontuais até a consolidação, em outras, por meio de resolução deliberada no âmbito do Conselho Universitário;
- c) Pela percepção dos estudantes obtida por meio de avaliação interna aplicada pela Comissão Própria de Avaliação, de modo geral, os docentes possuem domínio do conteúdo sendo os “procedimentos metodológicos” empregados considerados pelos discentes entre regulares e bons de acordo com respostas a cinco itens por meio dos quais seria possível analisar as condições pedagógicas dos docentes, quais sejam: domínio do conteúdo, relacionamento com estudantes, procedimentos metodológicos empregados, assiduidade e pontualidade e sistema de avaliação. A percepção dos docentes evidenciam sinteticamente, segundo dados analisados por meio de questionário aplicado objetivando “mapear o perfil do professor, levantar as percepções sobre formações já realizadas dentro e fora da UFSCar, e identificar as demandas/necessidades formativas desses professores” (Comissão, 2018, p. 50), de que há muitas dificuldades decorrentes da intensificação do trabalho docente na instituição e na falta de condições, inclusive de apoio de pessoal e coordenação dos cursos para implantação de qualquer proposta metodológica que poderia ser considerada inovadora ou diferenciada das usualmente aplicadas.

Por fim, o relatório da comissão é concluído com o item **DIRETRIZES PARA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar**, seguido de um conjunto de referências nas quais a comissão apoiou suas análises. As diretrizes são compostas de objetivos, ações e indicação de responsabilização pela sua implementação.

Indicam 3 programas a serem implementados com natureza complementar, sendo eles: 1. Programa para docentes ingressantes; 2. Programa para melhoria contínua das práticas sócio-educativas; 3. Programa de avaliação da graduação.

Lista um conjunto de outras ações que seriam necessárias, segundo o relatório, para efetivar uma política de formação continuada dos docentes da UFSCar que envolvem: considerar a participação nos programas de formação sugeridos ou outras atividades como parte constitutiva do esforço docente; como critério de avaliação do estágio probatório computar a participação do programa de formação para docentes ingressantes; promover ações de formação docente destinados aos alunos dos programas de pós-graduação já que estes, pela LDBN (Lei 9394/96) são os *loci* de formação dos docentes do ensino superior; rever os concursos públicos de contratação de docentes. Essas ações envolvem, assim, outras instâncias da UFSCar: Comissão de Esforço Docente, ProGPe, ProPG. Diante dessa constatação, o relatório indica um conjunto de atribuições de responsabilidade de cada uma dessas instâncias.

Diante do conteúdo do relatório aqui sinteticamente exposto, os conselheiros do DCHE e do CPedL-So fazem as seguintes ponderações, apresentando algumas recomendações:

1) PONDERAÇÕES

- Há um pressuposto implícito na análise dos dados que não é evidenciado, nem discutido: há uma relação entre ensino e aprendizagem o que encaminha para o entendimento de que há uma relação entre as ações docentes e as ações discentes que impactariam no resultado final do processo educativo. Nas diferentes concepções pedagógicas, esse é um pressuposto presente. No entanto, em cada uma delas essa relação é entendida de forma diferente, por vezes, divergente, de acordo com os fundamentos nos quais a análise dessa relação se fundamenta. No relatório está implícito que há uma relação direta entre o ensino, atividade docente, e a aprendizagem, atividade discente. No entanto, as próprias respostas selecionadas pela comissão no item relativo à percepção dos docentes evidenciam que essa relação entre ensino e aprendizagem e, portanto, entre professor e aluno é mediada por um conjunto de condições objetivas nas quais o processo educativo ocorre como pode ser percebido na resposta de um(a) docente ao questionário aplicado:

“Acho que precisa ser discutido o sistema todo desde a formação (cursos) até sua implementação e que **mudanças na estrutura da universidade** sejam implementadas para que se **viabilize a operacionalização das novas formas pedagógicas**. Por exemplo: fiz um curso de Team Based learning (TBL) aqui na UFSCar e adorei a metodologia. Imediatamente tentei implementar na minha disciplina. No entanto, tive um conjunto de dificuldades: a mudança demandou uma carga de trabalho muito grande e **não tive apoio ou ajuda qualquer, nem disponibilidade de monitor**. Ademais, esse esforço a mais que tive não será recompensado em minha carreira que valoriza muito mais o tempo investido na publicação de *papers*. Posteriormente, no segundo ano de

aplicação tentei implementar o TBL pelo AVA, visando otimizar o meu tempo. Novamente uma barreira, fui informada pela SEAD que esse tipo de metodologia é muito complexa para ser implementada no AVA.” (grifos nossos)

- decorrente do pressuposto acima indicado de que há uma relação direta (portanto não mediada pelas condições objetivas em que os sujeitos do processo educativo estão inseridos) entre ensino e aprendizagem está outro que parece fundamentar o relatório no que se refere à parte significativa das ações previstas para outras esferas da instituição para viabilizar uma política de formação continuada de docentes da UFSCar, qual seja: a responsabilização pelo sucesso ou fracasso do processo educativo é do docente o que encaminha para indicação de ações que induzam a qualificação dos indivíduos implicados no processo, ou seja, a qualificação didático-pedagógica dos docentes seria suficiente para solucionar os eventuais problemas na qualidade do processo expressa nas avaliações externas (ENADE). Por exemplo: a comissão indica necessidade de ação relativa ao docente de pontuação relativa à sua participação em programas de formação continuada para efeitos de progressão e promoção mas não indica a necessidade de melhorar as condições de trabalho (apoio didático-pedagógico; recursos diversos, dentre outros) como evidenciado nas respostas dos docentes ao apontarem as dificuldades enfrentadas para adoção de “novas” metodologias;
- Um outro pressuposto implícito e, portanto, não discutido no relatório é de que as mudanças nos procedimentos metodológicos seriam suficientes para superar os possíveis problemas de qualidade do processo educativo possibilitando que os estudantes tivessem êxito em seus percursos formativos. No entanto, há condições objetivas não só relativas aos docentes, como anteriormente destacado, como também aos estudantes para que estes possam se dedicar integralmente aos estudos, participando ativamente da universidade em seus vários espaços e conteúdos formativos. Uma sólida e ampla política de permanência estudantil seria condição *sine qua non*, portanto, para melhoria da qualidade da formação dos discentes.
- Há uma especificidade em relação à docência universitária (não se trata da mesma natureza do trabalho do docente de um Centro Universitário ou uma Faculdade Isolada) também evidenciada nas respostas dos docentes que responderam o questionário e não considerada no relatório: o ensino é uma das atividades do docente universitário e precisaria estar intrinsecamente articulado à pesquisa e extensão.

“(...) para que o investimento em formação pedagógica efetivamente surta efeitos práticos se faz necessário pensar o sistema como um todo - formação dos professores; sistemas/ações de apoio à implementação da mudança pelos professores; e valorização no plano de carreira da adoção desse tipo de inovação.”

- Não há evidências nos dados apresentados de programas/políticas de outras instituições que sustentem algumas conclusões indicadas no relatório como decorrentes da análise dos dados apresentados, tais como:

“• O foco das ações deve se dar em didática do ensino superior e/ou formação pedagógica dos docentes e/ou construção de identidade profissional docente;

- Há a necessidade de atrelar as ações à progressão dos docentes da IES;
- É necessário rever as formas e cultura de concursos para contratação de docentes, tendo em vista a mudança de uma cultura conteudista e enciclopédica e o aumento do foco na didática e participação de alunos no processo.”

Essas conclusões acima indicadas não encontram sustentação em nenhum dado apresentado no relatório em nenhum de seus itens constitutivos.

- Não são esclarecidos conceitualmente o entendimento que se tem e a diferenciação que se faz de termos como: formação pedagógica; didática; procedimentos metodológicos. Parece, inclusive, que há uma confusão conceitual. As questões feitas aos discentes relativas às condições pedagógicas destacam alguns aspectos como domínio de conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliação que parecem indicar um entendimento de que o processo de ensino-aprendizagem é constituído por alguns elementos que conformam o que está sendo chamado de “condições pedagógicas”. No entanto, em outros momentos do relatório como, por exemplo, no item relativo à análise de programas/políticas de outras IES, conclui-se que “o foco das ações deve se dar em didática do ensino superior e/ou formação pedagógica dos docentes e/ou construção da identidade profissional docente” (p. 47).

2) RECOMENDAÇÕES

2.1. Relativas ao relatório em seu conjunto, considerando, sobretudo, o item “PONDERAÇÕES” deste parecer

- Refazer o relatório definindo conceitos centrais, repensando análises com base nos conceitos, restringindo-se aos dados que são objetos de análise, reconsiderar conclusões baseando-as na análise dos dados apresentados.

2.2. Relativas às Diretrizes:

- indicar nas diretrizes os comumentos chamados “considerandos” nos quais são indicados os fundamentos legais e outros fundamentos nos quais um documento dessa natureza se ampara. Exemplo: Resolução Nº 2, de 1º de julho 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de

licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

- Prever nas Diretrizes que a elaboração, execução e avaliação dos programas/projetos/atividades de formação continuada tenham a participação efetiva, ou seja, o protagonismo dos próprios docentes universitários possibilitando: a legitimação das atividades formativas como destacado no próprio relatório; a base das formações serem os próprios saberes, conhecimentos e experiências dos docentes da instituição; garantir a participação de docentes de diferentes áreas nos programas de formação;

- Excluir das diretrizes o item **“Além das atividades de ensino, as ações de publicação de artigos, capítulos e livros que normalmente são pontuadas para efeito de progressão, promoção e esforço docentes pela ProGPe devem ainda valorizar aqueles que publicam textos voltados para o ensino na graduação”** (grifos nossos).

As diretrizes e normas de avaliação de produção intelectual é de responsabilidade da CAPES não cabendo às universidades esse papel deliberativo e normativo. Além disso, a produção científica relativa ao ensino é de suma importância, mas outras produções científicas sobre outras temáticas são igualmente importantes;

- Excluir das diretrizes o item “Esta Comissão de Trabalho também considerou necessário, a partir das atividades realizadas, que o processo seletivo para contratação de docentes, amplie o foco da dimensão didática do fazer docente e **propicie a participação de alunos no processo de seleção**. Esta ação pode se amparar em modelos já existentes na instituição. Esta ação deve ficar a cargo da ProGPe.” (grifos nossos). Considerando o princípio de legalidade que rege a gestão de qualquer instituição pública, ou seja, só se pode fazer o que está definido pela legislação, não há amparo legal nas regulamentações que regem os concursos públicos para ingresso na carreira do Magistério do Ensino Superior Público que ampare essa diretriz que se apresenta nesse item. O concurso é público podendo, inclusive, ser assistido por aqueles que tiverem interesse em acompanhar o processo, mas não se pode indicar a participação de estudantes no processo avaliativo.

Sem mais, despedimo-nos, respeitosamente.

Conselho do Departamento de Ciências Humanas e Educação

Conselho do Curso de Pedagogia, campus Sorocaba



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone: (016) 3351-8108
CEP: 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
e-mail: prograd@ufscar.br

Trâmite
Protocolo nº 542109-84

ProGrad
Pró-Reitoria
de Graduação

Ofício nº 044/2019 - ProGrad
ADC/srs

São Carlos, 22 de fevereiro de 2019.

Prezado Pró-Reitor,

Em Agosto de 2017, constituímos uma Comissão de Trabalho para propor Diretrizes que pudessem balizar Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, Ato nº 019/2017. Esta comissão encerrou o trabalho em outubro de 2018 e apresentou o Relatório Final de suas atividades o qual encaminho em anexo.

Nas diretrizes são apresentadas propostas relacionadas às atribuições da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas à qual solicito parecer sobre estas propostas e análise sobre as possibilidades de implementá-las.

Peço que este parecer nos seja enviado até o **dia 12 de Março**, para posterior análise pelo Conselho de Graduação.

Cordialmente,

Prof. Dr. Ademir Donizeti Caldeira
Pró-Reitor de Graduação

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Itamar Aparecido Lorenzon
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
ProGP/UFSCar



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone: (016) 3351-8108
CEP: 13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
e-mail: prograd@ufscar.br

Trâmite
Protocolo nº 542110-18

ProGrad
Pró-Reitoria
de Graduação

Ofício nº 045/2019 - ProGrad
ADC/srs

São Carlos, 22 de fevereiro de 2019.

Prezado Pró-Reitor,

Em Agosto de 2017, constituímos uma Comissão de Trabalho para propor Diretrizes que pudessem balizar Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, Ato nº 019/2017. Esta comissão encerrou o trabalho em outubro de 2018 e apresentou o Relatório Final de suas atividades o qual encaminho em anexo.

Nas diretrizes são apresentadas propostas relacionadas às atribuições da Pró-Reitoria de Pós-Graduação à qual solicito parecer sobre estas propostas e análise sobre as possibilidades de implementá-las.

Peço que este parecer nos seja enviado até o **dia 12 de Março**, para posterior análise pelo Conselho de Graduação.

Cordialmente,

Prof. Dr. Ademir Donizeti Caldeira
Pró-Reitor de Graduação

Ilma. Sra.
Profª. Drª. Audrey Borghi e Silva
Pró-Reitora de Pós-Graduação
ProPG/UFSCar

Ofício ProPG-UFSCar 55/2019 – ProPG/UFSCar

Ref.: Diretrizes para a Política Institucional de Formação Continuada de Docentes da UFSCar

São Carlos, 12 de Março de 2019.

Prof Dr Ademir Donizeti Caldeira
Pró-Reitor de Graduação - UFSCar

Prezado Sr,

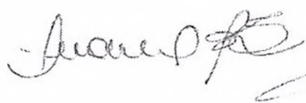
Após apreciação do documento para propor Diretrizes para as Políticas Institucionais de Formação Continuada de Docentes da UFSCar, encaminhada pela ProGrad, segue a análise do documento apresentado, onde consideramos que o documento elaborado pela comissão traz rico e vasto conteúdo para uma reflexão e análise dos processos envolvidos na formação de docentes, bem como elucida concretas ações que têm sido desenvolvidas dentro e fora da UFSCar para aprimorar a formação dos docentes. Além disso, consideramos que o documento aponta indicadores e reflexões para novas ações que envolvam um nível de gestão mais elevado, ou seja, ações específicas entre a ProGrad e as Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Gestão de Pessoas.

Neste contexto, dentre as ações apontadas pela comissão, informamos que foi realizado um novo levantamento das disciplinas oferecidas nos programas de pós-graduação (PPGs) relacionadas a metodologia de ensino, e informamos que estas permeiam somente os PPGs da área de Educação Campus São Carlos e Sorocaba). Além disso, poucos PPGs oferecem disciplinas relacionadas a didática aplicada ao ensino superior. Com relação aos estágios para capacitação docente (PESCD), todos os PPGs oferecem esta disciplina, que são obrigatórias para os bolsistas CAPES e optativas aos alunos sem bolsa. A disciplina PESCD é uma política já antiga apoiada pela CAPES.

Contudo, informamos também que as disciplinas oferecidas nos programas são determinadas pelas comissões de pós-graduação (CPGs) dos respectivos PPGs, e que, portanto, esta Pró-Reitoria pode tão somente sugerir/estimular a implantação da mesma nos PPGs, constituindo uma política conjunta com a ProGrad, que poderá ou não vir a ocorrer em virtude da disponibilidade de docentes para o oferecimento das mesmas. Sugerimos também, que haja uma política Institucional para ampliar as possibilidades de oferecimento de cursos preparatórios de disciplinas de Didática e Metodologia de Ensino aplicada ao ensino superior para docentes credenciados nos PPGs, como forma de estimulá-los no futuro a oferecerem tais disciplinas aos programas.

Sendo o que se apresenta para o momento,

Atenciosamente,



Profª. Dra. Audrey Borghi e Silva
Pró-Reitora de Pós-Graduação
Universidade Federal de São Carlos



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - DiDP/ProGPe

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905
Telefone: (16) 33518642 - <http://www.ufscar.br>

DESPACHO Nº 89/2019/DIDP/PROGPE
PROCESSO Nº 23112.100083/2019-92
REMETENTE: DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
DESTINATÁRIO(S): PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Formação continuada de docentes da UFSCar
REFERÊNCIA: Ofício ProGrad nº 044/2019, de 22/02/2019.

São Carlos, 05 de abril de 2019.

Senhor Pró-Reitor Adjunto,

Com referência à avaliação sobre a viabilidade de incluirmos na Resolução nº 819 de 26/08/2015, a participação dos docentes nas ações de formação continuada e a publicação de artigos, capítulos e livros voltados para o ensino de graduação, entendemos que deve-se constituir uma Comissão formada por Docentes da Carreira de Magistério Superior, para discutir a questão.

Sobre a possibilidade de incluir na avaliação de estágio probatório dos docentes, a participação nas ações de formação continuada, entendemos que é possível, desde que também seja regulamentado internamente, por meio de uma resolução. Temos uma proposta de resolução em andamento e poderia ser discutido com a Comissão de Trabalho de que forma seria cobrada essa participação.

Por fim, no que tange à revisão das formas de concursos para contratação de docentes, aumentando seu foco na dimensão didática do fazer docente e propiciar a participação de alunos no processo de seleção, pela nossa experiência com os concursos acreditamos que não seria viável, visto que toda composição de banca para concurso tem prazo para impugnação e será provável que algum aluno se enquadre em situações de impedimento ou suspeição previstas na legislação vigente, tornando o processo mais moroso.

Atenciosamente,

Maria Inez Carpi Migliati
Diretora da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas

Documento assinado eletronicamente por **Maria Inez Carpi Migliati, Diretor(a) de Divisão**, em 05/04/2019, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do